A REVISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

Maio de 2016



Fala Defensoria

Índice

FALA DEFENSOR

Pág. 03

FALA INSTITUIÇÃO

FALA ESDEP

Pág. 04

Pág. 16

Pág. 19

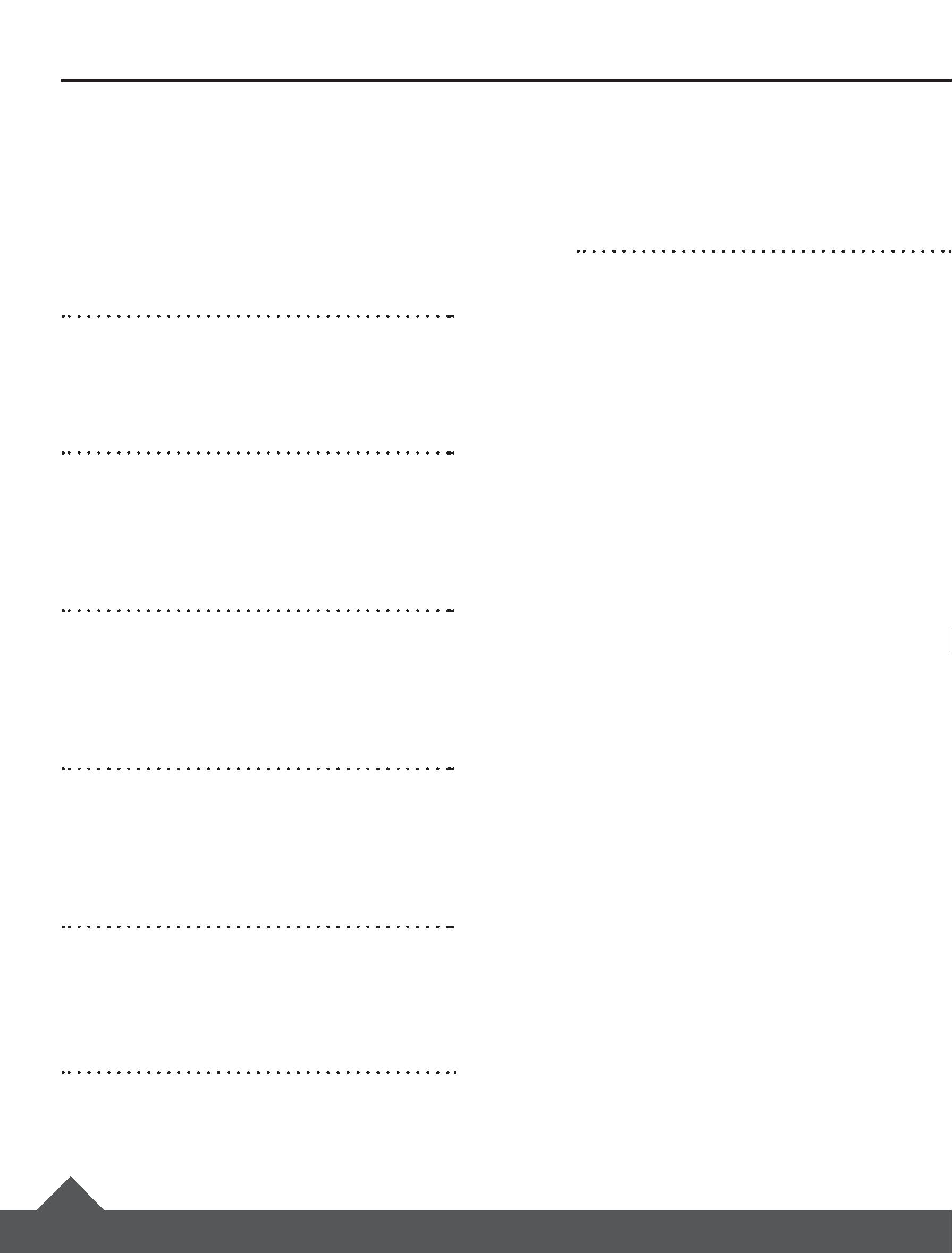
FALA GESTÃO

FALA CARREIRA

EXPEDIENTE

Pág. 22

Pág. 34



FALA DEFENSOR

Um efeito de termos, também pela primeira

vez, realizado conferências públicas para

elaborar o nosso orçamento participativo, em

conjunto com os assistidos.

Demos a partida ao nosso planejamento

estratégico, com participação aberta para

todos. Vimos o aplicativo móvel da Defensoria

PúblicadaBahia.Egarantimos,comaprovação

unânime do Conselho Superior, que teremos

nos próximos concursos da instituição cota

de 30% para negros ou pardos.

Oferecemos, pela primeira vez, uma

especialização em Defensoria Pública, assim

como a inédita oferta de vagas em mestrado

e doutorado para os defensores, através

do Fundo de Assistência Judiciária - FAJ.

E vimos os cursos da Esdep serem gravados

e disponibilizados no YouTube para que

defensores e servidores das comarcas do

interior tivessem acesso.

Einstein apresentou, certa feita, um

exemplo incontestável para explicar que o

tempo também é relativo. Para quem estiver

com a mão em contato com uma panela

quente, um minuto parecerá uma eternidade.

Já alguém sentado ao lado da pessoa amada

achará que uma hora não é mais que um

breve instante. Após um ano de gestão

como Defensor Público Geral, essa intrigante

relatividade do tempo é cada vez mais clara

para mim.

Conseguimos

ingressar

nas

Bases

Comunitárias de Segurança, levando o estado

social para as comunidades. Inauguramos

sedes e voltamos a atuar em Brumado, Irecê,

Barreiras, Eunápolis e Amargosa. Iniciamos

o primeiro curso de Defensoras Populares,

capacitando-as como multiplicadoras na

difusão do Direito e no combate à violência

contra a mulher.

Foi apenas um ano, dentro dos 30 que a

Defensoria Pública baiana tem, mas, olhando

tudo o que foi feito nesse período, pode

parecer bem mais. Nós vimos as sessões do

Conselho Superior serem transmitidas, ao

vivo, pela primeira vez. Voltamos a ver uma

Ouvidoria respeitada. Conseguimos nomear

os aprovados no último concurso, que tiveram

duas posses, uma solene e outra popular,

inédita na Bahia.

Faço questão de usar o plural, porque

em tudo o que ﬁzemos o mérito é de todos.

A função da Administração é apenas de

guiar. Claro que houve momentos difíceis,

comuns em períodos de crise econômica

e consequentemente instabilidade política.

Mas quem conhece a Defensoria não se

assusta. O nosso caminho é construído ao

longo do tempo, com paciência e estratégia.

Einstein estava certo, o tempo é relativo.

Vimos a Defensoria voltar a ser notícia,

e notícia positiva, pois o seu trabalho

está novamente sendo reconhecido por

toda a sociedade e pela imprensa. Aﬁnal,

foram muitos momentos de debates com

a sociedade civil sobre temas importantes

como a redução da maioridade penal, o

extermínio de jovens negros, a população em

situação de rua...

Ver o que conseguimos me dá conﬁança

em relação ao que vem pela frente. Sei que

juntos somos fortes. Continuemos lutando,

trabalhando com aﬁnco e acreditando no

nosso sonho de Defensoria.

Conseguimos, de forma inédita na

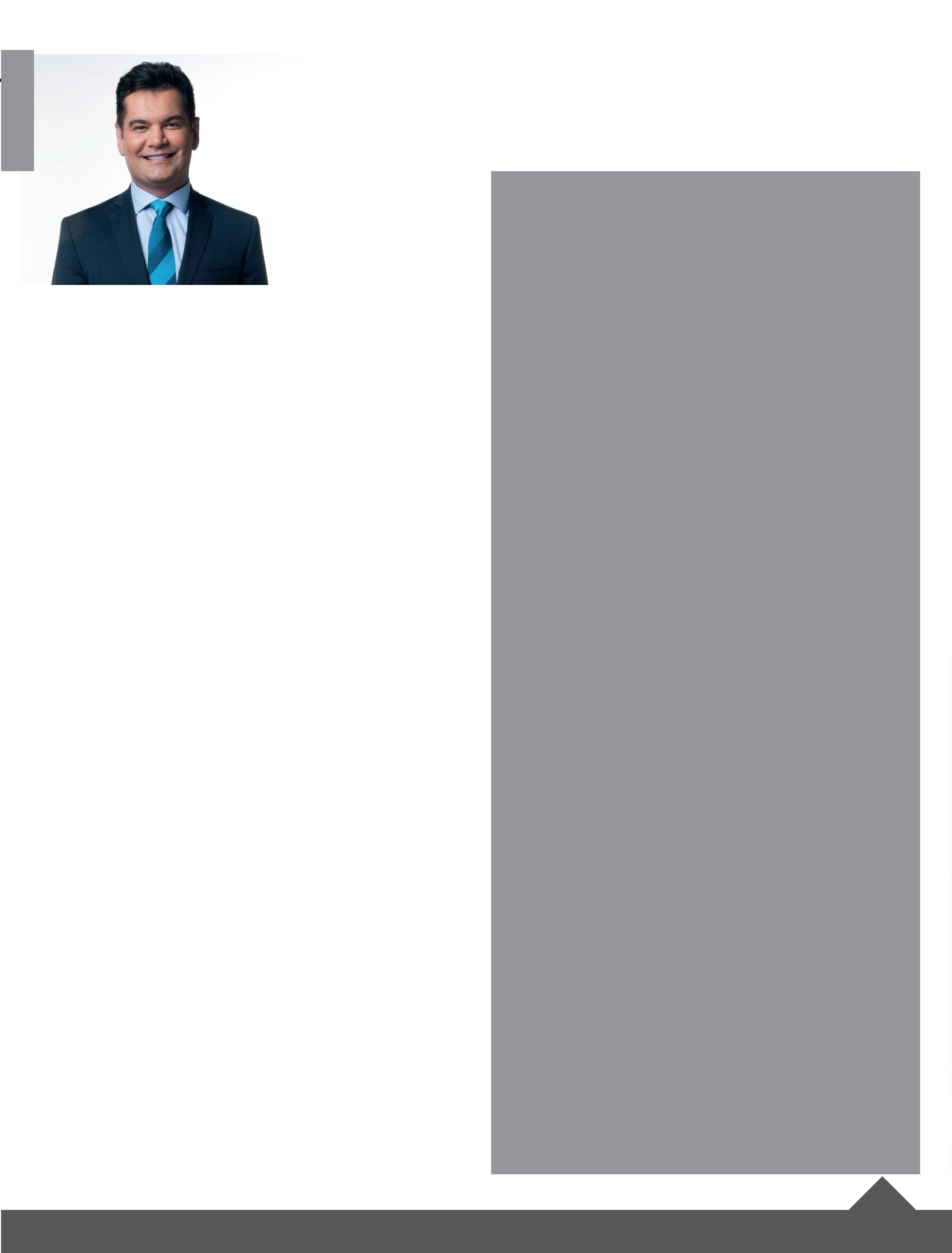
história, sensibilizar o Executivo para rever

a cota da Defensoria Pública no Orçamento.

Clériston Cavalcante de Macêdo

Defensor Público Geral do Estado da Bahia

3



Fala Defensoria

FALA INSTITUIÇÃO

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

É CONCRETIZADO POR

CONFERÊNCIAS PÚBLICAS

orçamentária inicial para

a

Defensoria

Pública, os recursos previstos estão aquém da

necessidade da instituição. “Temos projetos

importantes para desenvolver, mas não temos

orçamento suﬁciente”, destaca.

A partir de 2015, dentro da proposta de

maior interação com a sociedade civil e

consequente fortalecimento da instituição

através de uma receita mais robusta, a

Defensoria Pública do Estado da Bahia

adotou o orçamento participativo através

de conferências públicas. No ano passado,

apenas a sociedade civil e movimentos

sociais das sedes de quatro Regionais (Feira

de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus

e Juazeiro) e da capital puderam opinar

sobre áreas prioritárias para a atuação da

DPE-BA. O resultado foi o incremento de

Acreditando na força da parceria da

sociedade civil, a Defensoria baiana ousou

fazer, em 2016, conferências públicas em

todas as comarcas onde está presente com

pelo menos um defensor público. Também

disponibilizou consulta pública através do site

e das redes sociais da instituição. “Sabemos

que é cansativo fazer 29 conferências em

menos de 60 dias, mas queremos ouvir o maior

número de pessoas sobre as prioridades para

a nossa atuação”, argumenta o subdefensor

público geral do Estado, Rafson Saraiva

Ximenes, que coordenou os preparativos

das conferências.

1

1,66% no orçamento original destinado à

instituição em 2015.

O

orçamento público

é

um dos

Nas escutas feitas no ano passado,

questões ligadas à ampliação/implementação

e acompanhamento das políticas públicas

relacionadas à população em situação de

rua; mulheres vítimas de violência doméstica;

indígena; pessoas com deﬁciência; juventude

negra; população LGBT; idosos; marisqueiras;

quilombolas; população em conﬂito agrário;

em situação de cárcere e proteção à mulher

vítima de práticas médicas ilegais relacionadas

à gravidez foram apontadas pela sociedade

civil como prioridades na atuação da DPE.

Trezentos e treze pessoas participaram das

conferências em 2015.

instrumentos de gestão de maior relevância

nas instituições. É a partir dele que elas podem

fazer o planejamento e controle de suas

ﬁnanças. Do sistema de Justiça, a Defensoria

Pública é a instituição que tem o menor

orçamento, o que limita sua ação em todas

as comarcas estabelecidas na Bahia. Das 276,

está presente em apenas 29 diretamente.

O orçamento é o instrumento sem o qual

não é possível à Defensoria ampliar seus

serviços e qualiﬁcar o atendimento que é

oferecido ao cidadão. Com as conferências

públicas, a DPE quer ampliar a discussão e a

participação popular na construção de uma

instituição cidadã e democrática por previsão

constitucional e vocação institucional.

Para 2016, o orçamento destinado à DPE

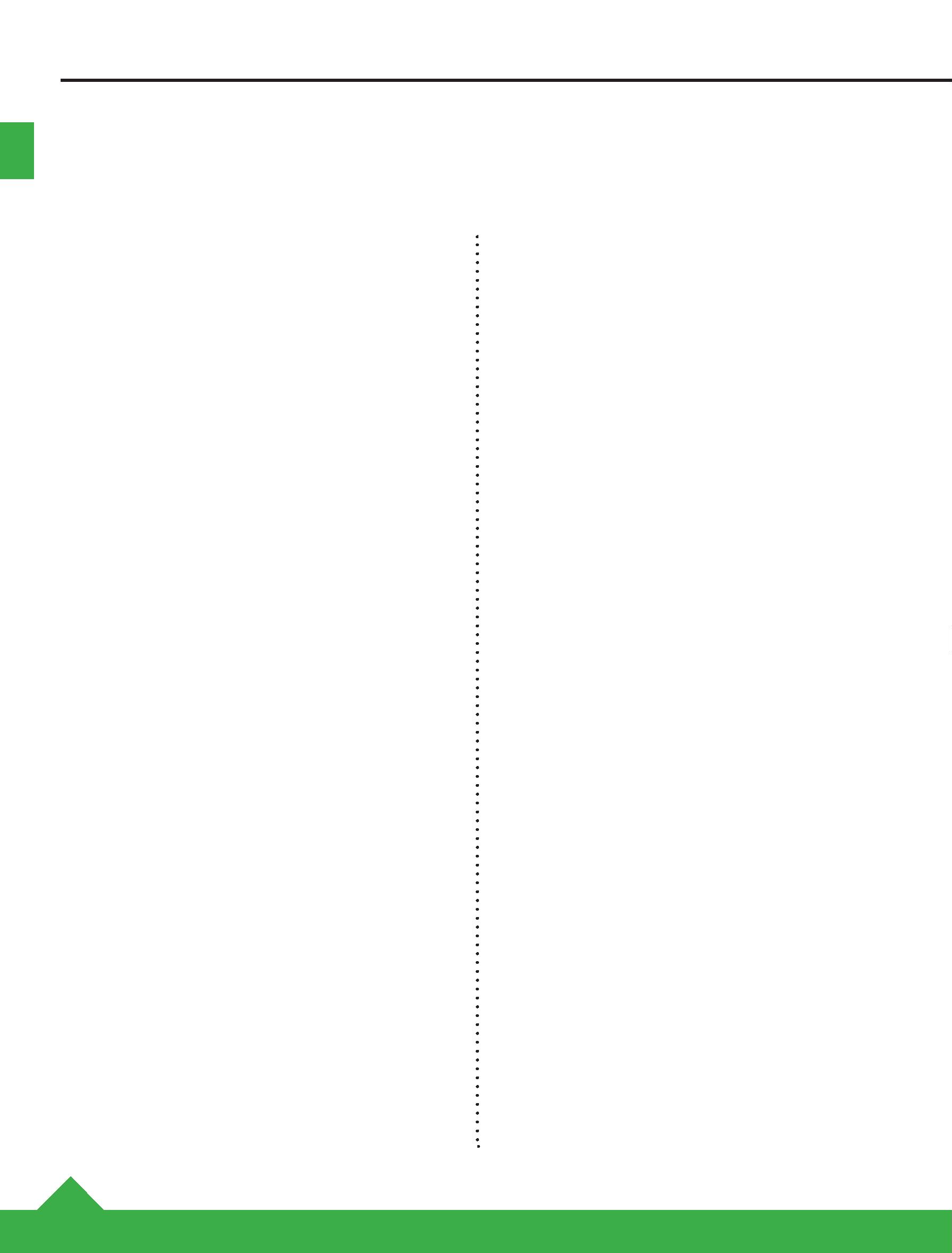
é de R$ 170.946.000,00. Mas o defensor-

geral ressalta que, apesar de a Secretaria de

Planejamento do Estado ter incrementado

o orçamento para 2016 além da proposta

4



Vitória da Conquista

Ilhéus

Feira de Santana

Juazeiro

5



Fala Defensoria

AÇÕES CIDADÃS

Não basta ser pai; tem que participar. Não

basta ser mãe do coração; é preciso garantir

direitos. Não basta oferecer assistência

jurídica nas unidades da Defensoria; é preciso

ir aonde está o assistido. As ações cidadãs Sou

Pai Responsável e Ame e Adote acontecem

Pelo último Plano Plurianual da Defensoria

(PPA 2012-2015), as ações de reconhecimento

de paternidade alcançaram o índice de

190,2% no atingimento da meta estabelecida,

equivalendo a 7.608 exames realizados e

ultrapassando o número programado, que era

de 4.000 coletas.

de forma permanente, fortalecendo

o

trabalho da Defensoria em assegurar direitos

ao cidadão. O trabalho realizado fora dos

gabinetes da Defensoria também contribui

para a ampliação do número de atendimentos

feitos pela instituição. Em 2015, a marca foi de

9

10.518 atendimentos. Ao longo dos últimos

quatro anos, esse número chegou a 3.025.553

atendimentos.

Em 2015, a marca foi de

9

10.518 atendimentos

Com a Ação Cidadã Sou Pai Responsável,

que promove reconhecimento da

paternidade a partir da realização gratuita

de exames de DNA a pessoas que não

possuem o nome do pai no registro, mais de

o

Lançamento da campanha de intensiﬁcação

da Ação Cidadã Sou Pai Responsável em 2015,

no CAJ I (Jardim Baiano)

1

2 mil famílias já foram beneﬁciadas desde a

sua implantação, em 2007. Apenas no ano

passado, a Defensoria viabilizou 2.011 exames

através de convênio com o GACC.

Ao longo do ano de 2015, a ação foi capaz

de transformar histórias de vida como a da

comerciária Juliana Jesus Silva, de 22 anos.

Mesmo sabendo desde criança quem era seu

pai, o espaço dedicado ao nome dele sempre

esteve em branco na certidão de nascimento.

Em agosto do ano passado, Juliana resolveu

mudar esse quadro e procurou atendimento

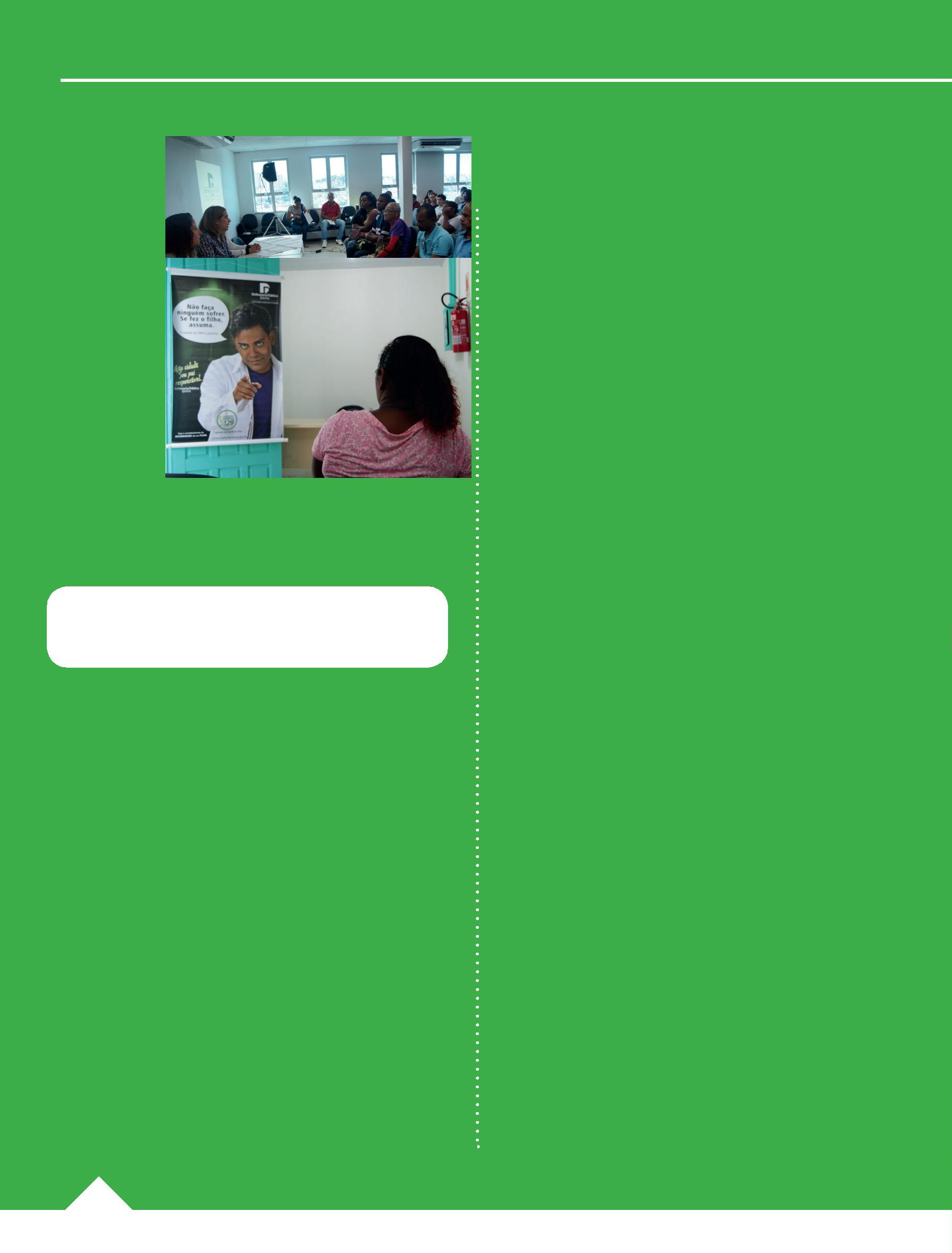
da Defensoria durante a ação promovida no

bairro do Calabar, em Salvador.

A cada ano, um artista baiano tem apadrinhado

a campanha pelo reconhecimento da paternidade

6



Lançamento da campanha de intensiﬁcação da Ação Cidadã Ame e Adote

Já a Ação Cidadã Ame e Adote tem

A adoção garante aos adotados todos os

direitos legais como se ﬁlhos biológicos

fossem. Em 2015, durante a intensiﬁcação

da campanha, que ocorreu de 25 a 29 de

maio, a ação beneﬁciou 522 pessoas. Número

recorde da campanha. Apenas durante cinco

dias, 53 ações de adoção foram ajuizadas,

dois objetivos: estimular famílias que

já cuidam de crianças e adolescentes a

formalizar a adoção, garantindo direitos,

além de fomentar a adoção de crianças

e adolescentes que vivem em creches e

abrigos com requisitos para serem adotados.

2

9 de guarda, 14 pedidos de tutela e 78 casos

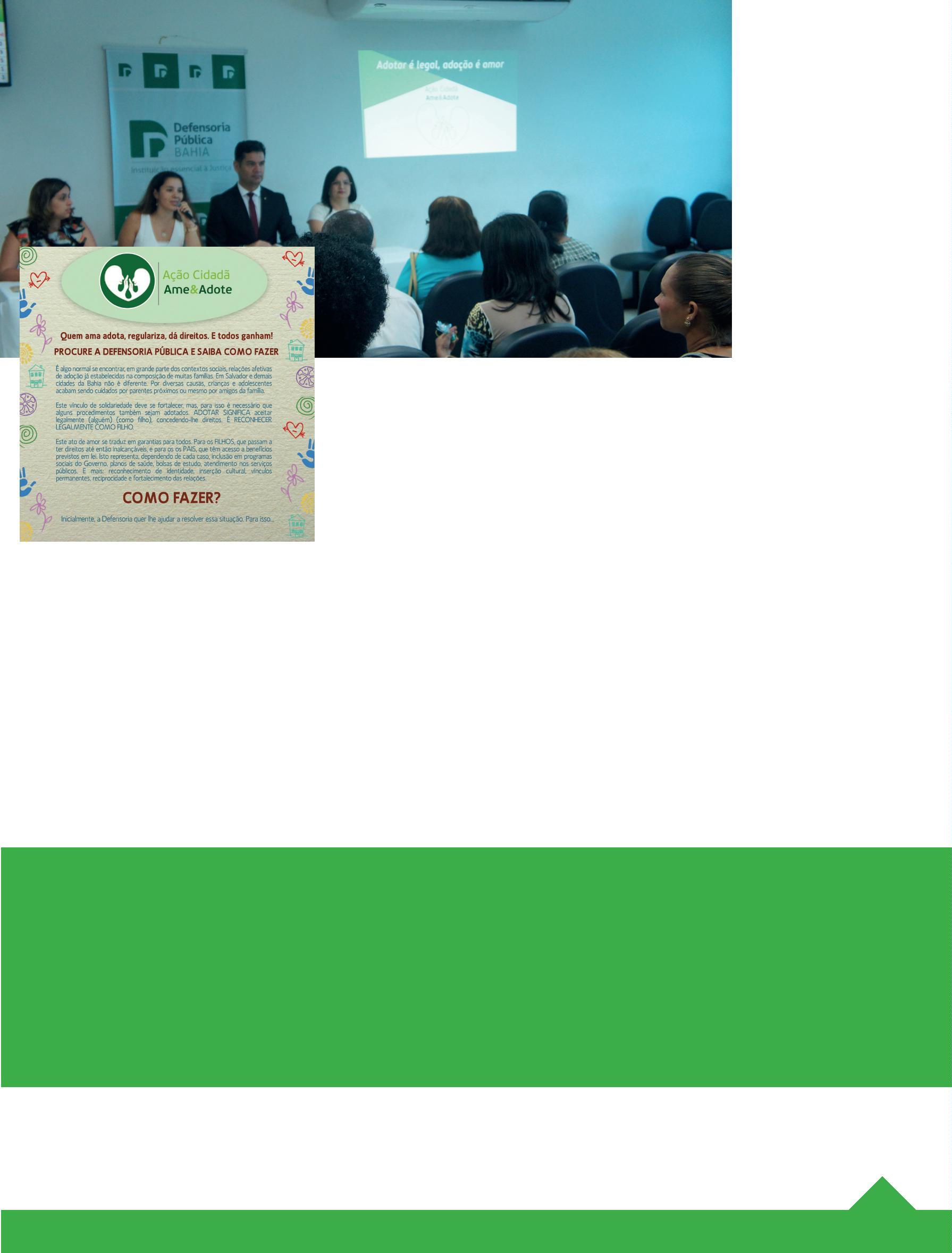
aguardam regularização de documentação.

Em 2015, durante a intensiﬁcação da

campanha, que ocorreu de 25 a 29 de

maio, a ação beneﬁciou 522 pessoas

7



Fala Defensoria

TRANSVERSALIDADE

DEFENSORIA

Também em 2015, pela primeira vez,

CIDADÃ

ITINERANTE

-

Dialogar com outras entidades em prol de

ações que estimulem a cidadania, inclusão

social, garantia dos direitos de cada cidadão,

redução de conﬂitos, entre outros, é um dos

objetivos da Defensoria baiana. Em 2015, o

trabalho transversal com outras instituições

ganhou destaque na DPE.

a Defensoria Pública levou os serviços

da instituição às Bases Comunitárias de

Segurança do Calabar, Rio Sena e Nordeste

de Amaralina, em Salvador, e no interior do

Estado, das cidades de Itabuna, Feira de

Santana e Vitória da Conquista, por meio

da Defensoria Cidadã Itinerante. Fruto

de parceria entre Defensoria estadual e

Secretaria da Segurança Pública, a atividade

acontece em localidades escolhidas a partir

de critérios como alto índice de violência e

vulnerabilidade social.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - No dia 8 de

março foi assinado Termo de Cooperação

Técnica para o enfrentamento e prevenção

à violência doméstica e familiar praticada

contra as mulheres no Estado da Bahia

através da Ronda Maria da Penha. Coube

à Defensoria Pública remeter, no prazo de 48

horas para apreciação do Judiciário, o pedido

das mulheres ofendidas para a concessão de

Medidas Protetivas de Urgência, a contar do

momento em que as vítimas disponibilizam

a documentação necessária para ajuizamento

das medidas; entrar em contato com

a Coordenação Operacional da Ronda Maria

da Penha

e

solicitar acompanhamento

imediato em casos de risco de vida e/ou

extrema violência e iminência de morte;

e ajuizar as medidas emergenciais cíveis

e de família (busca e apreensão, guarda,

alimentos etc.) em favor da mulher incluída

no Programa Ronda Maria da Penha. O Termo

de Cooperação terá vigência de dois anos.

Defensoria Cidadã Itinerante no bairro Nordeste

de Amaralina, em novembro de 2015

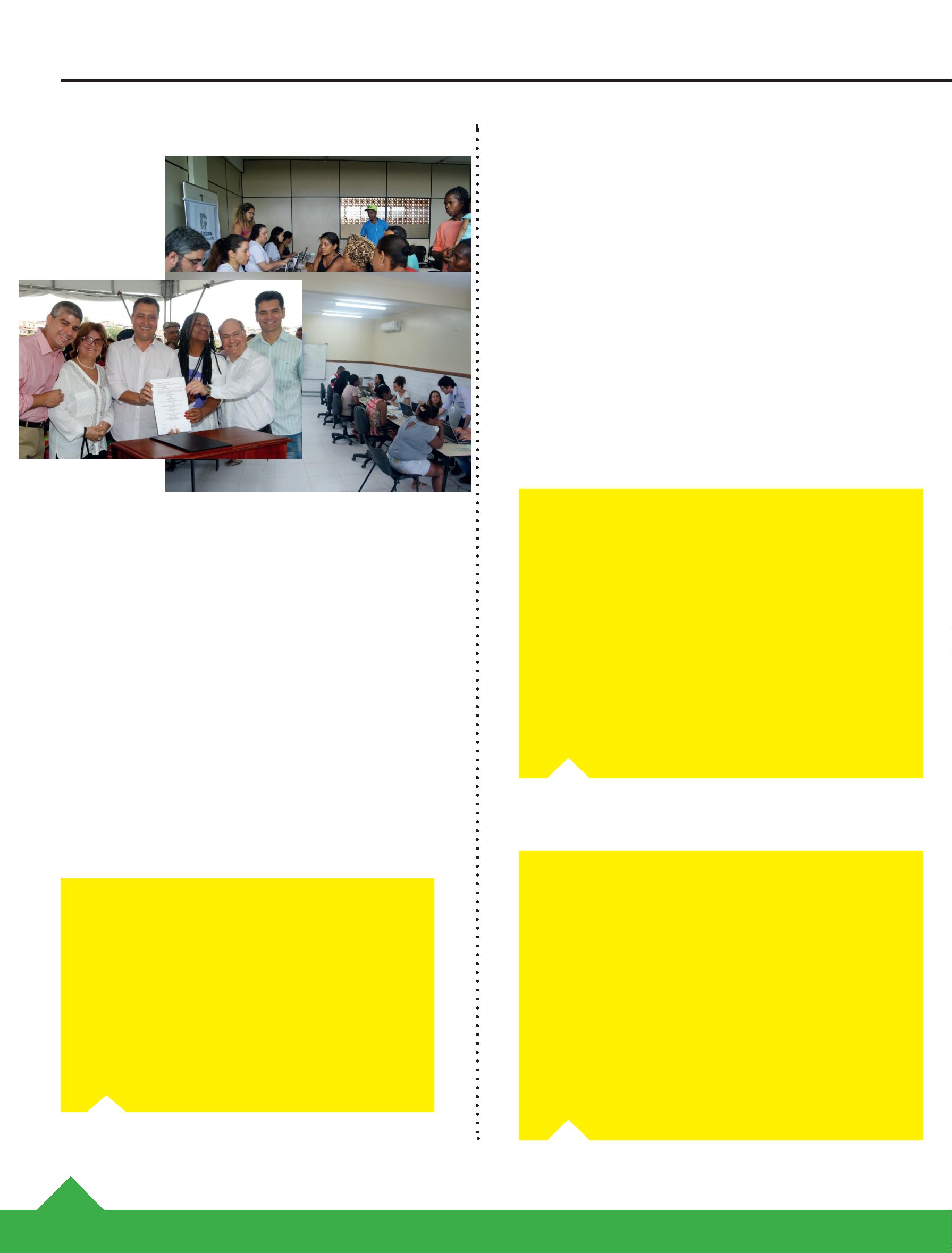
Foto: Mateus Pereira/GOVBA

Ato de assinatura do Termo de Cooperação

Técnica da Ronda Maria da Penha

Defensoria Cidadã Itinerante no bairro Rio Sena

8



Defensoria Cidadã Itinerante no bairro do Calabar

Defensoria Cidadã Itinerante em Feira de Santana

Defensoria Cidadã Itinerante na Base Comunitária

de Segurança de Itabuna

Pelo menos 971 pessoas participaram

de palestras, atendimentos, orientações

jurídicas e coletas de material genético

para reconhecimento de paternidade, entre

outros serviços oferecidos. A ação contou

ainda com a participação da Defensoria

Pública da União. A oferta de serviços da DPE

nas Bases Comunitárias reforça o objetivo

principal da implantação dessas unidades nos

bairros, que é o de levar serviços essenciais

Defensoria Cidadã Itinerante em Vitória da Conquista

aos

moradores

daquelas

localidades,

fortalecendo a cidadania e promovendo

o desenvolvimento social em áreas de maior

vulnerabilidade social e alto índice de violência.

9



Fala Defensoria

“

Pessoas que precisam dos serviços da

dos processos administrativos daquela parte

dos servidores que julgam que não têm

Defensoria em todas as suas áreas – Família,

Direitos Humanos, Infância e Juventude,

Crime, Cível, Pessoa Idosa, Consumidor,

Curadoria – têm a oportunidade de contar

com o nosso atendimento no próprio bairro,

sem precisar se deslocar para as unidades da

instituição. Queremos com isso aproximar a

Defensoria Pública do cidadão”, explicou a

coordenadora executiva das Especializadas

da Capital, Gianna Gerbasi.

a

possibilidade de ter

a

sua defesa

assegurada. Quando conseguimos concluir

os processos, começamos a ter os resultados

efetivos em relação às despesas com o

funcionalismo”, aﬁrmou.

Em 2016, a comunidade de Santa Cruz foi

o primeiro bairro a ser visitado pela ação, mas

estão previstas atividades para a população

do Bairro da Paz, Uruguai, São Caetano e

Fazenda Coutos.

O secretário da Segurança Pública do

Estado, Maurício Barbosa, destacou

o

fortalecimento dessa integração entre as

forças de segurança e a Defensoria como

um caminho para garantir o acesso à Justiça

e a prevenção social. Segundo Barbosa, tem

sido muito dinâmica a postura da Defensoria

de integrar o Pacto Pela Vida não como uma

instituição que somente critique ou tenha

oposição adversa das forças de segurança:

O Defensor Público Geral, Clériston Macêdo e o

secretário de Administração, Edelvino Góes Filho

MEDIAÇÃO NA SAÚDE - Surgido em

2012 no Rio Grande do Norte, o projeto SUS

Mediado cria mecanismos extrajudiciais de

resolução de conﬂitos em ações de saúde,

visando garantir maior efetividade às políticas

públicas de saúde, evitando demandas

judiciais. A mediação vem conseguindo

reduzir principalmente os custos para a

administração pública e Poder Judiciário,

além do tempo de tramitação dos processos.

“

Precisávamos dessa Defensoria atuante no

projeto Pacto Pela Vida”.

PROCESSOS

ADMINISTRATIVOS

-

A Defensoria também ﬁrmou Termo de

Cooperação Técnica com a Secretaria de

Administração do Estado - SAEB para

garantir a defesa de servidores que estão

respondendo a processos administrativos

Para tentar replicar o projeto aqui na

Bahia, foi assinado Termo de Cooperação

Técnica que prevê a criação de uma câmara

de conciliação para as demandas de saúde,

nos mesmos moldes do SUS Mediado. Integram

a câmara o Governo Estadual, as Defensorias

Públicas do Estado e da União, as Procuradorias,

-

PADs. Foram designados dez defensores

públicos, sendo estipulado o atendimento

de 30 processos mensais para a Defensoria

Pública. Na ocasião, o titular da Secretaria

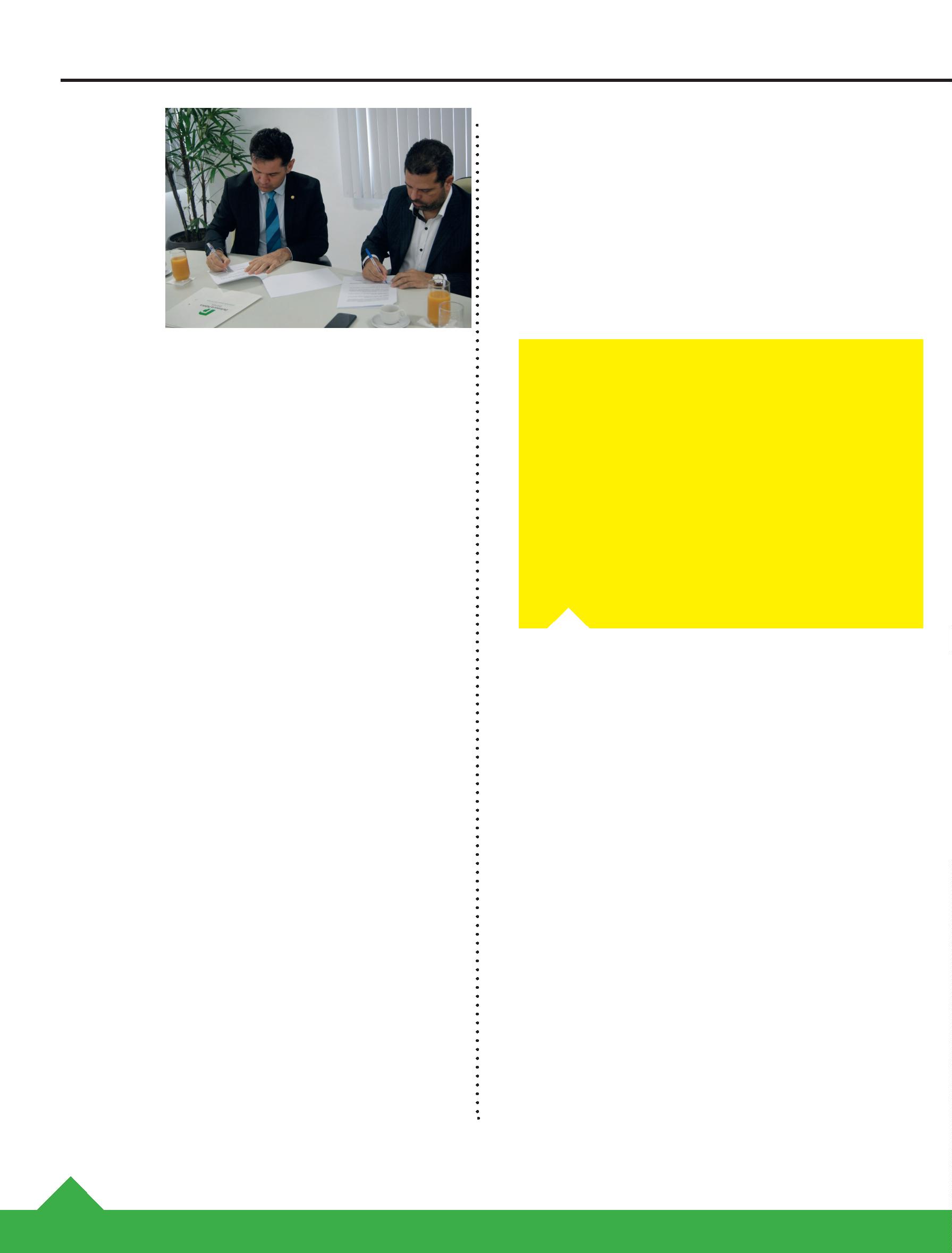
de Administração, Edelvino Góes Filho,

destacou ser o Termo de Cooperação um

passo importante. “Agilizaremos a conclusão

1

0



AUDIÊNCIAS DE

CUSTÓDIA E A AMPLA

DEFESA DO CIDADÃO

o Ministério Público Estadual, as Secretarias

de Saúde do Estado - Sesab e do Município

de Salvador e as Justiças Estadual e Federal.

Em 2015, 41% das demandas de saúde ligadas

a exames foram resolvidas extrajudicialmente

pela Defensoria Pública.

As Audiências de Custódia, que passaram

a acontecer na Bahia por determinação do

Conselho Nacional de Justiça a partir do

segundo semestre de 2015, já analisaram a

situação em Salvador de pelo menos 2.007

presos provisórios. A Defensoria Pública da

Bahia foi responsável pela defesa de 67%

das pessoas presas em ﬂagrante. Antiga

reivindicação da DPE, a realização das

Audiências de Custódia garante a veriﬁcação

de quem deve permanecer preso.

Apresentação do programa SUS Mediado no Rio

Grande do Norte

INFORMÁTICA LIVRE - Em outubro, foi

a vez de a Defensoria assinar outro Termo

de Cooperação Técnica, dessa vez com a

Secretaria de Administração Penitenciária e

Ressocialização da Bahia – Seap. A parceria

deu origem ao projeto Informática Livre, que

tem oferecido capacitação em informática e

educação em direitos para internos de regime

semiaberto, em aulas ministradas na Escola

Superior da Defensoria Pública - Esdep. O

secretário da Seap, Nestor Duarte, classiﬁcou

o projeto, de autoria da defensora pública

Fabíola Pacheco, como um dos “grandes atos”

dentro do Pacto Pela Vida, agradecendo à

Defensoria Pública pela decisão de capacitar

os custodiados do regime semiaberto sem

ônus e com vantagens sociais para o Estado.

Lançamento das Audiências de Custódia na Bahia, com

a presença do presidente do STF, Ricardo Lewandowski

Para o juiz auxiliar da Presidência do

Conselho Nacional de Justiça e coordenador

do

e

Departamento

Fiscalização do Sistema Carcerário

de

Monitoramento

e do Sistema de Execução de Medidas

Socioeducativas do CNJ, Luiz Geraldo

Sant’Anna Lanfredi, “ainda que uma pessoa

seja liberada, isso não signiﬁca impunidade,

e não signiﬁca insegurança para a população

porqueessapessoavaicontinuarrespondendo

a um processo, porém submetida a uma

forma de ﬁscalização diferente daquela que

a prisão propicia”.

“

Tentamos quebrar essa regra triste de

que 70% das pessoas que cumprem pena

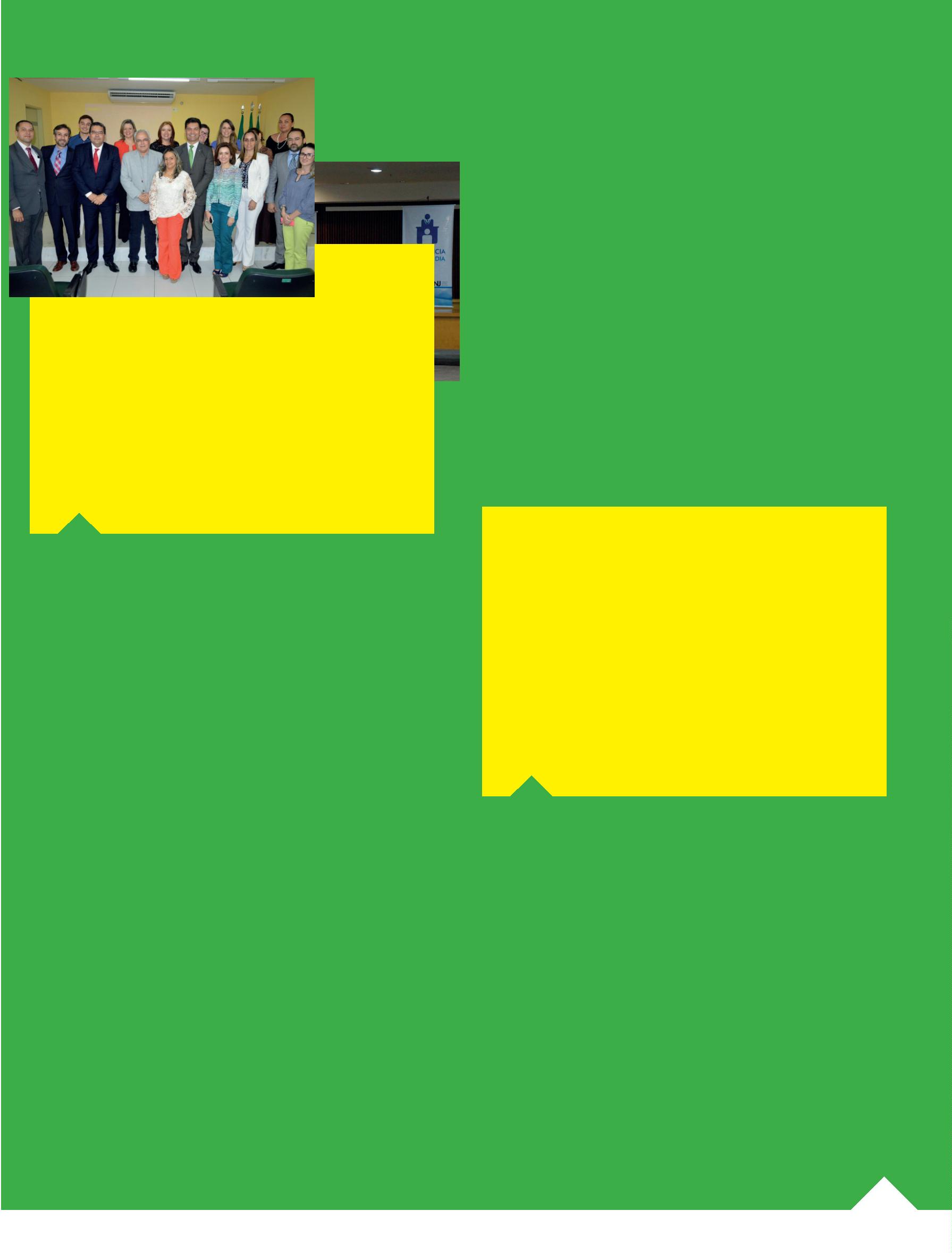
são liberadas e voltam ao sistema prisional

ao cometer novos crimes”, pontuou o titular

da pasta.

1

1



Fala Defensoria

permanecem

reclusos,

aguardando

julgamento por período às vezes superior às

penas que eles venham

explica.

a ser condenados”,

Na avaliação de Saporito, o resultado

da implementação das audiências tem

sido bastante positivo. “É imprescindível

a

avaliação da adequação, legalidade

e necessidade da manutenção da prisão.

As Audiências de Custódia permitem

a diminuição da quantidade de presos

provisórios, sem julgamento deﬁnitivo, no

sistema carcerário, que ainda é, hoje, um

grande problema”, aﬁrmou.

Lançamento das Audiências de Custódia em 2015,

com o presidente do STF, Ricardo Lewandowski

Para a Defensoria, este é um projeto

louvável por meio do qual promove-se

a proteção dos direitos humanos e das

garantias individuais, conforme previsto

constitucionalmente, conferindo ao cidadão

o direito de ter a legalidade da sua prisão em

ﬂagrante analisada com celeridade.

As Audiências de Custódia consistem na

apresentaçãodospresosemﬂagranteaumjuiz,

em uma audiência onde são ouvidas também

as manifestações da Defensoria Pública,

Ministério Público ou do advogado do preso.

Durante a audiência, o juiz analisa a prisão

sob o aspecto da legalidade, da necessidade

e da adequação da continuidade da prisão

ou da eventual concessão de liberdade,

com ou sem a imposição de outras medidas

cautelares. O magistrado poderá avaliar

também eventuais ocorrências de tortura ou

de maus-tratos, entre outras irregularidades.

Subcoordenador da Especializada Criminal,

o defensor público Maurício Saporito foi o

responsável pela defesa do réu na primeira

Audiência de Custódia realizada em 2015,

sentando-se à mesa com o presidente do STF,

Ricardo Lewandowski.

Para o subcoordenador da Especializada

Criminal e Execução Penal da Defensoria

Pública do Estado da Bahia - DPE-BA,

Maurício Garcia Saporito, a execução da

pena privativa de liberdade, prevista na Lei

de Execução Penal nº 7.210/1984, parece não

cumprir a dupla função de punir e recuperar

para ressocializar. “Com o excesso de prazo

nas prisões provisórias, os custodiados

CONTAGEM DE ASSISTIDOS – DEFENSOR/ADVOGADO

ASSISTÊNCIA

ADVOGADO

DEFENSOR

TOTAL

SET./2015

124

OUT./2015 NOV./2015 DEZ./2015 JAN./2016

FEV./2016 MAR./2016

TOTAL

663

101

179

280

110

185

295

54

93

99

75

196

271

100

227

327

237

227

326

1.344

2.007

361

147

%

DPE-BA 2015

DPE-BA 2016

64,08

%

70,35

%

DPE-BA

6

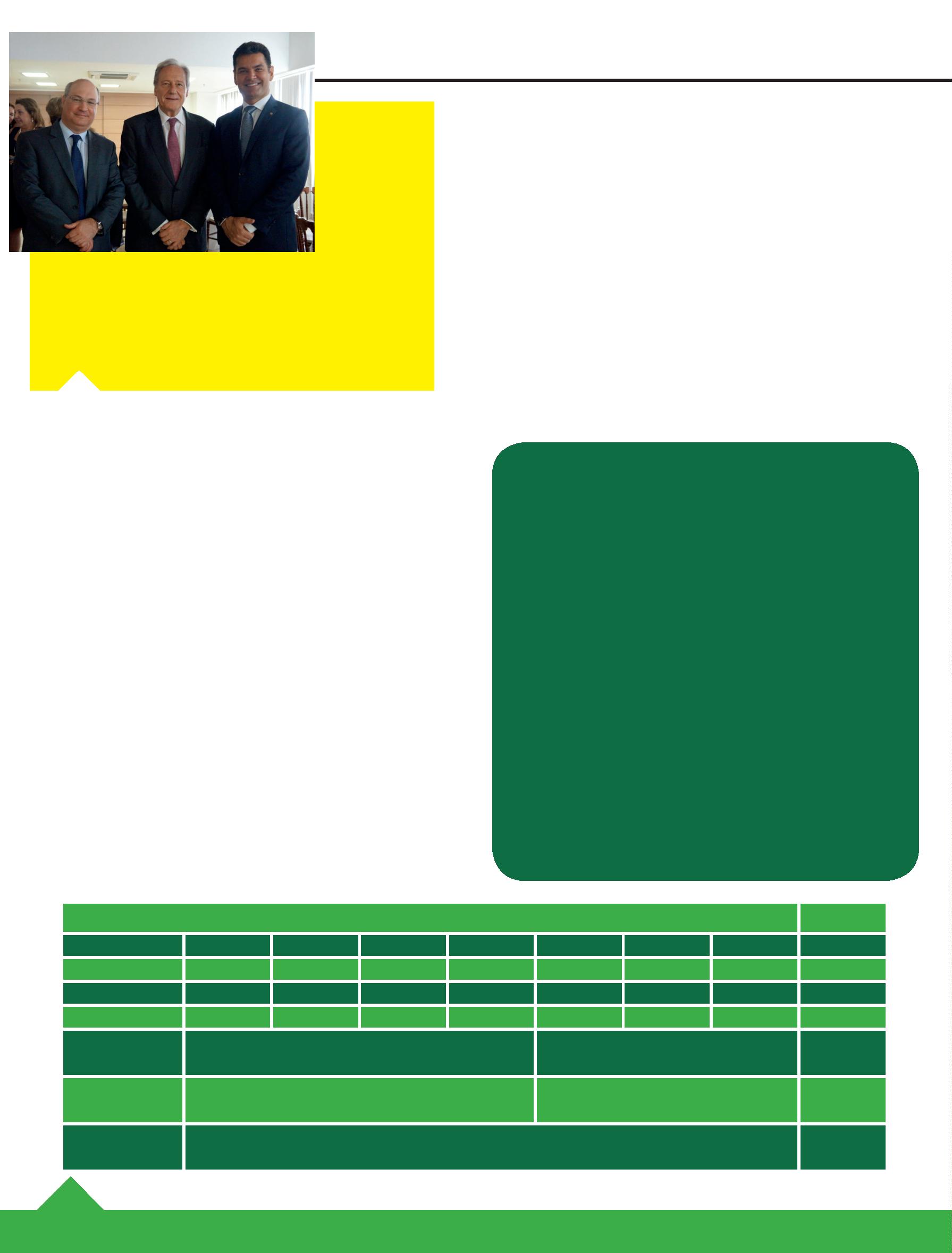
6,96

2

015/2016

1

2



ATUAÇÃO DEFENSORIA X ECONOMICIDADE

ECONOMICIDADE NO

PERÍODO SET./15 A MAR./16

R$

CUSTO ESTIMADO

INDIVIDUAL R$

PRESOS SOLTOS – ASSISTIDOS

PELA DPE-BA

8

85

2.737,02

2.737,02

2.422.262,70

3.686.765,94

TOTAL DE PRESOS SOLTOS NAS

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA

1

.347

CONDEGE EM

LUTA PELO

FORTALECIMENTO

DAS DEFENSORIAS

Temas como a criação do Conselho

Nacional da Defensoria Pública, reforma da Lei

Federal nº 80/94, a participação do Conselho

Nacional de Justiça - CNJ no programa

“

Defensoria Sem Fronteiras” e a redução da

maioridade penal também entraram na pauta

de discussões do colegiado. Nesse último,

o conselho chegou a emitir nota pública

posicionando-se contra a medida. Em outubro

do ano passado, o DPG baiano chegou a

apresentar ao Condege ferramenta que vem

sendo utilizada na Defensoria Pública do

Estado para a construção do planejamento

estratégico da instituição para os próximos

dez anos. Empolgados, defensores públicos

gerais dos estados de Rondônia e do

Amazonas decidiram replicar a ideia em seus

respectivos estados.

As reuniões do Colégio Nacional de

Defensores Públicos Gerais – Condege são a

oportunidade de as Defensorias posicionarem-

se a respeito de questões institucionais,

apresentar projetos e intercambiar ideias. Até

março de 2016, a Defensoria Pública da Bahia

esteve representada em 12 reuniões ordinárias

do colegiado e dois encontros.

A Defensoria Pública é instituição una e

indivisível como prevê a Constituição e, nesse

contexto, surge o colegiado, que é instrumento

de difusão de práticas das Defensorias

Públicas. “A participação da Defensoria

da Bahia no colegiado é um compromisso

assumido nessa gestão. Registramos pautas

exitosas como as Audiências de Custódia,

visitas ao STF e a parlamentares para tratar

de questões institucionais, bem como visitas

à Presidência da República e ao ministro

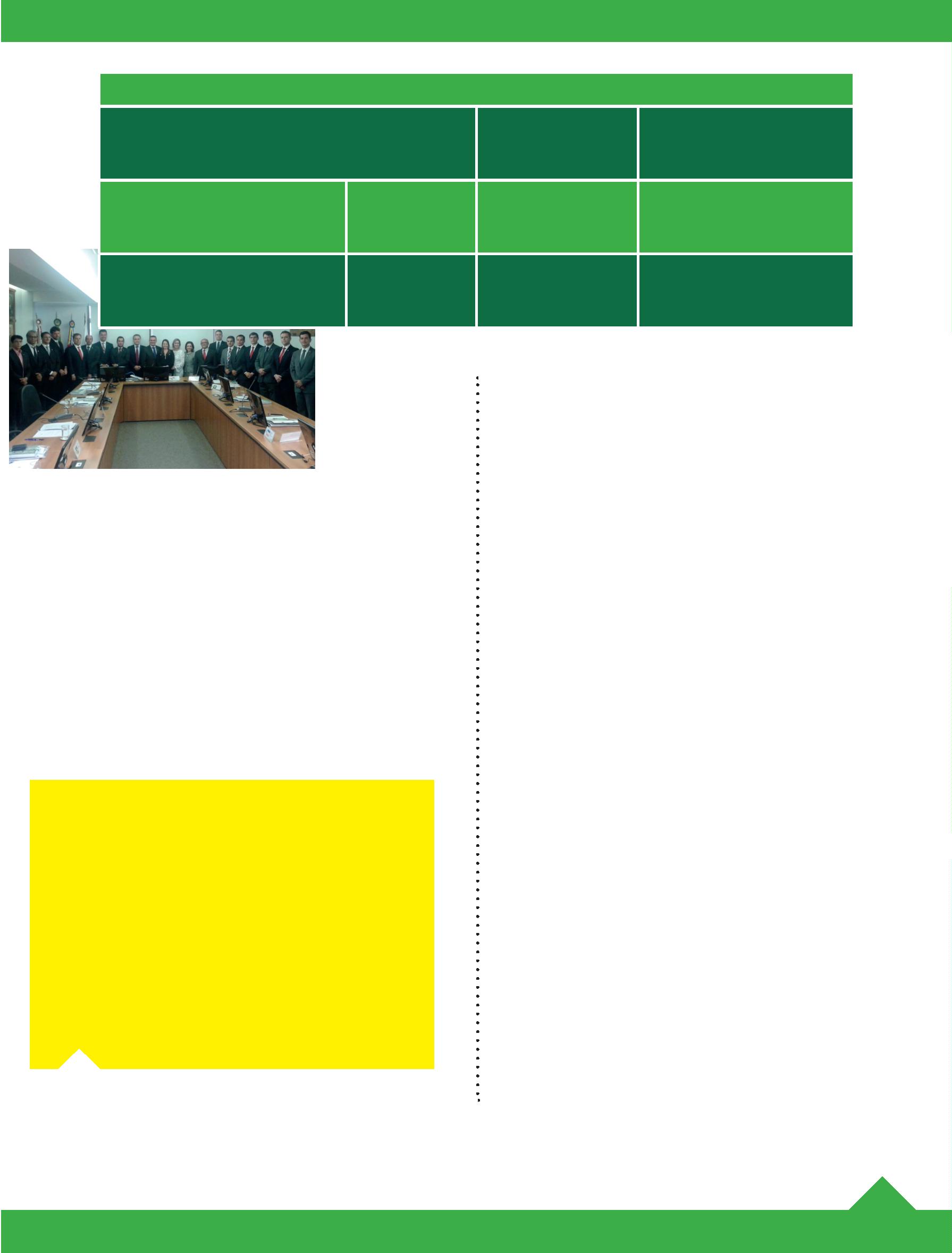
Jaques Wagner para tratar do projeto de lei

nº 257/16”, pontuou o Defensor Público Geral.

Reunião do Condege em Minas Gerais

1

3



Audiência Pública para debater a questão

da Comunidade Quilombola da Batateira,

no Baixo Sul baiano

Audiência Pública sobre a proposta

de descriminalização das drogas

1

4



MAIOR INTERAÇÃO

COM A SOCIEDADE

ATRAVÉS DA

que nasceram a partir de 1990 e eram pobres

e negros”, pontuou a ouvidora na roda de

diálogo que lotou o auditório da Escola

Superior da Defensoria Pública – Esdep.

OUVIDORIA

A adoção da hipossuﬁciência ﬁnanceira

como regra para o atendimento prestado

pela Defensoria Pública também foi tema de

audiência pública solicitada pela Ouvidoria

da DPE com representantes de movimentos

sociais,movimentostrabalhistas,artistaslocais

e sociedade civil. A Resolução nº 003/2014,

suspensa no dia 7 de julho de 2015, deﬁne que

o assistido pela Defensoria Pública não deve

receber mais do que 2.046,38 reais para que

seja declarado hipossuﬁciente. Deﬁnição que

foi amplamente criticada durante o encontro,

por entender que o conceito de pobre já

não é mais o mesmo com a implementação

de políticas de distribuição de renda e

redução da pobreza ﬁnanceira ocorrida

nos últimos anos.

Estar próxima do cidadão baiano e ouvir

aquilo que ele tem a dizer são objetivos

permanentes da Defensoria Pública Estadual.

Seja a partir dos atendimentos feitos em suas

unidades ou nas itinerâncias; nas conferências

e audiências públicas; ou a partir de diálogos

promovidos pela sua Ouvidoria Cidadã.

A valorização da Ouvidoria por parte da atual

gestão se deu a partir da posse da ouvidora

Vilma Reis, a primeira a ser realizada em

ambiente fora da Defensoria para acolher as

representações da sociedade civil.

Foi assim em agosto do ano passado,

quando a sociedade civil pôde expressar

sua opinião quanto à política de drogas no

Estado. Representantes dos movimentos

sociais, redes, fóruns e conselhos, professores,

defensores públicos, estudantes, cidadãs e

cidadãos que já vivenciaram algum problema

Já durante audiência pública para discutir a

importância do trabalho feito pela Defensoria

Pública, Vilma Reis defendeu a ampliação

do acesso às pessoas que não podem pagar

um advogado. “A ampliação da Defensoria

não signiﬁca aumento de custos, ao

contrário, representa uma ampla contenção

de violação dos direitos humanos. Por isso,

viemos com as missões de imbuir o Estado a

convocar concurso para defensores e a outra

nessa área ouviram de palestrantes

e

debatedores como o deputado federal Jean

Wyllys (PSOL-RJ), o vereador e fundador do

Instituto Cultural Steve Biko, Silvio Humberto,

os professores Elizabeth Pinho e Antonio Nery

(fundador do Cetad/UFBA), que a “guerra

contra as drogas é guerra contra negros

e pobres”.

é

a

realização

de

concurso

para

servidores”, declarou.

Capitaneado pela ouvidora-geral da DPE,

Vilma Reis, em parceria com a Esdep, o

encontroserviuparaquepessoasdasociedade

civil dessem seus depoimentos sobre as

consequências do não enfrentamento de uma

forma ampla da questão das drogas e do

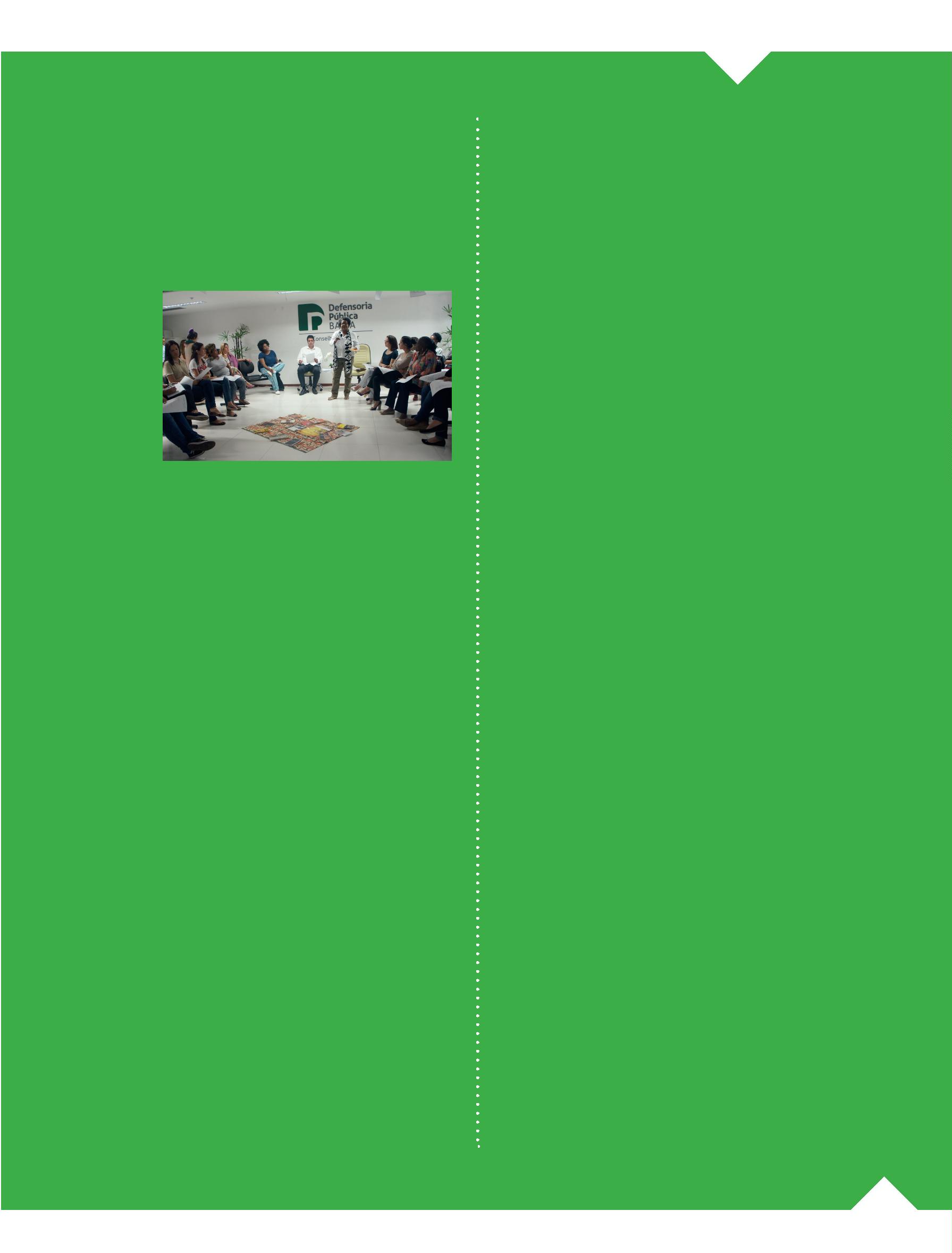
racismo. “A maioria das covas nos cemitérios

da periferia de Salvador, a exemplo de Paripe

e Periperi, é de pessoas do sexo masculino

1

5



Fala Defensoria

FALA ESDEP

CAPACITAÇÃO ATINGE

Capacitações sobre as alterações do Novo

Código de Processo Civil, o NCPC, como as

conduzidas pela professora Sabrina Dourado,

com o Curso de Elaboração de Petição com

base no novo CPC; pelo professor Fredie

Didier, sobre as atualizações do CPC; e pela

diretora da Escola Superior da Defensoria

Pública do Mato Grosso do Sul, Patrícia

Cozzolino, sobre o capítulo referente à

Defensoria Pública, a atuação no âmbito cível

e o papel de promoção do acesso à Justiça

que a instituição desempenha no novo Código

de Processo Civil.

2

.613 PESSOAS EM 2015

É tarefa da Escola Superior da Defensoria

Pública - Esdep criar e sustentar processos de

aprendizagem continuada e de construção de

competências, promovendo a capacitação,

atualização, aperfeiçoamento e treinamento

de defensores públicos, servidores

e

estagiários da Defensoria baiana. Nesse

sentido, em 2015, através do Fundo de

Assistência Judiciária da Defensoria Pública

–

FAJDPE-BA, foram realizados 49 eventos,

alcançando um público de 2.613 pessoas,

entre defensores públicos, servidores

O novo CPC foi tema ainda de curso

promovido pela defensora pública Marta

Almeida, da 2ª Regional - Vitória da Conquista,

por meio do projeto Sextas Jurídicas:

Conhecendo o novo CPC, a partir de parceria

com a Esdep, e pelo defensor público Luiz

Carlos de Assis Júnior, professor de Direito

Processual Civil em Teixeira de Freitas.

e

estagiários de nível médio/técnico e superior.

Curso sobre gestão de crise: Métodos

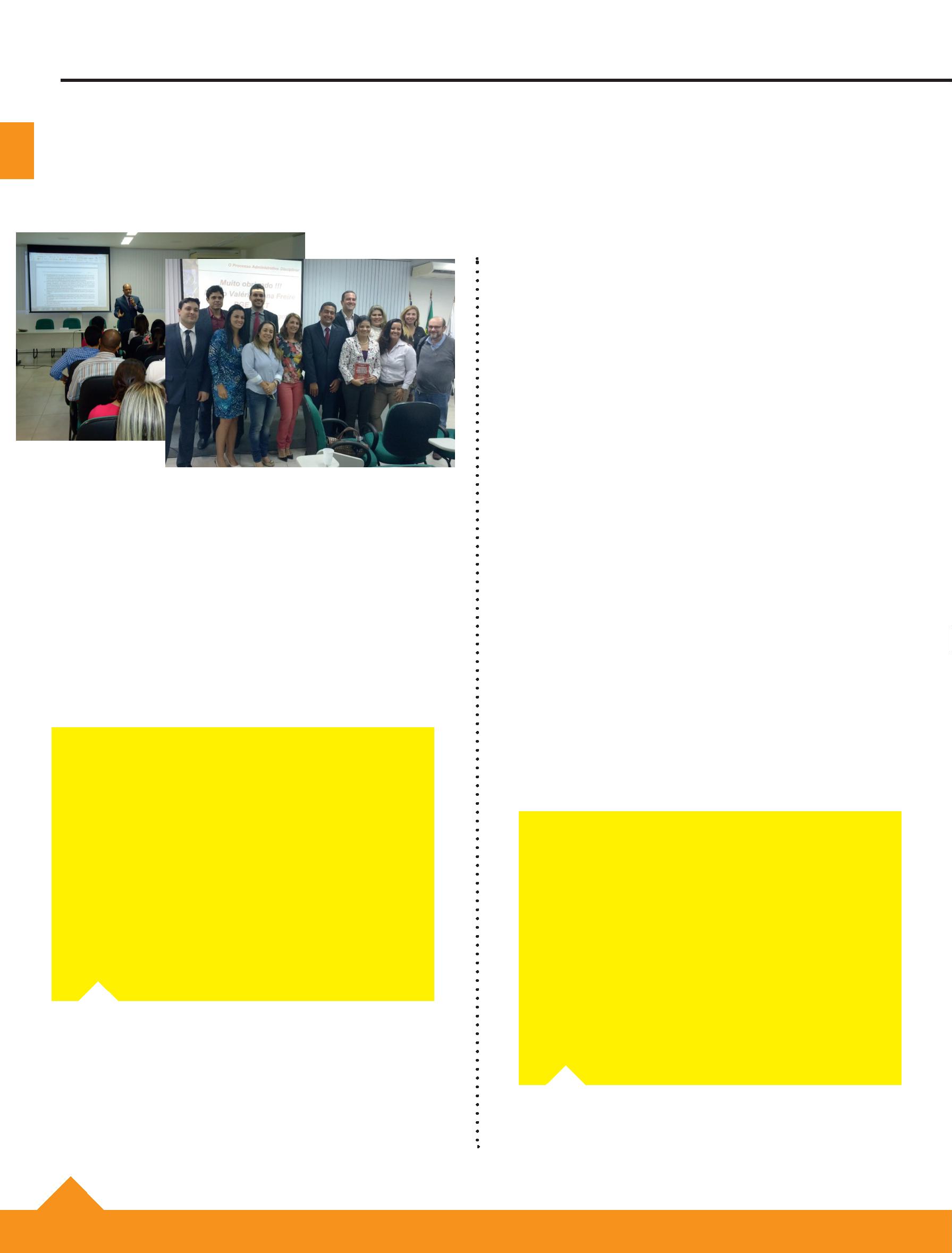
Extrajudiciais de Resolução de Conﬂitos

Equipe de defensores que recebeu capacitação

para Processo Administrativo Disciplinar

1

6



A professora Sabrina Dourado ministrou o Curso de Elaboração de Petição com base no novo CPC

A

escola inaugurou ainda

o

Curso

Defensoras Populares, iniciativa cujo objetivo

é fortalecer as lutas populares e democratizar

o acesso à Justiça e às instituições públicas.

A ideia é capacitar mulheres que servirão

como multiplicadoras de conceitos ligados

a temas como Diferentes Tipos de Violência

contra a Mulher, Acesso à Justiça, Gênero e

Raça, Funcionamento do Sistema de Justiça

para Mulheres em Situação de Violência,

Divórcio, entre outros, e saibam utilizá-los para

orientar a população na busca e conquista

por seus direitos. A conclusão da primeira

turma, formada por 42 mulheres moradoras

de bairros como Boca do Rio, Brotas, Cabula,

Cajazeiras, Liberdade, Nordeste de Amaralina,

Paripe, Pirajá e Uruguai, aconteceu na primeira

semana de maio.

Subcoordenadora da Especializada de Direitos

Humanos, Eva Rodrigues, durante Curso

Defensoras Populares

Cursos sobre Direito Tributário, Sindicância

dos conteúdos no canal da Defensoria

no YouTube (Defensoria Bahia), atingindo

aqueles defensores, servidores e estagiários

que não puderam participar presencialmente.

Aproximadamente 4.000 visualizações foram

registradas nos vídeos disponibilizados pela

Escola Superior no YouTube.

e

Processo

Administrativo

Disciplinar,

Métodos Extrajudiciais de Resolução de

Conﬂitos, Rotinas Administrativas, Excel

Básico, Direito Previdenciário e Acidente

de Trabalho, assim como Fundamentos da

Mediação para a Defensoria Pública, também

marcaram a programação de capacitações

oferecidas à comunidade defensorial.

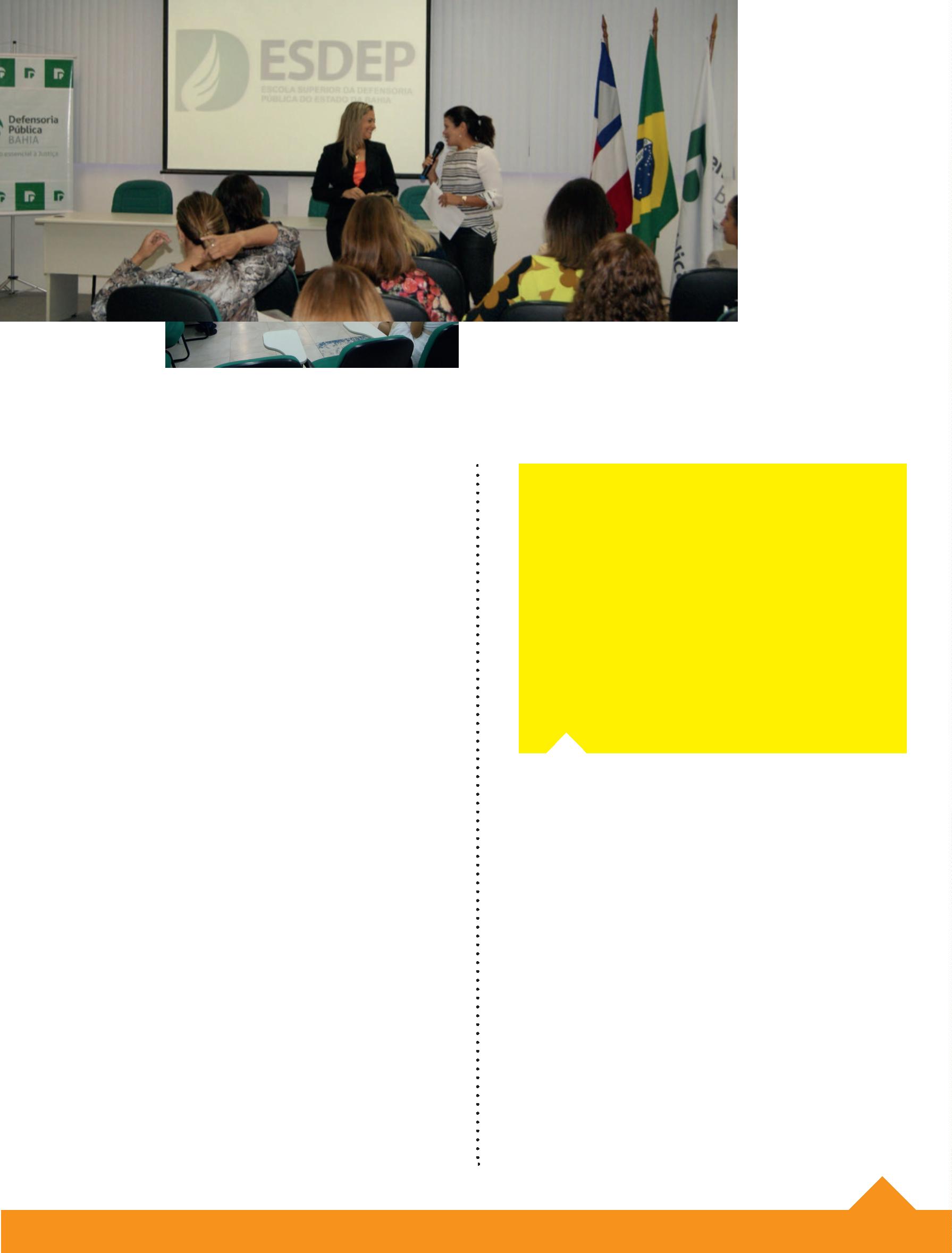
De forma inédita, os cursos e palestras

realizados pela Esdep puderam ser assistidos

ainda pela internet a partir da disponibilização

1

7



Fala Defensoria

PÓS-GRADUAÇÃO - Desde o ﬁnal de 2015

já é possível aos defensores públicos da Bahia

o acesso a bolsas de estudo para o custeio

de despesas com Mestrado e Doutorado.

A Portaria nº 003/2015, que criou o programa

de fomento à titulação dos membros da

DPE-BA, prevê o pagamento de despesas

realizadas por defensores públicos com

cursos de Doutorado e Mestrado, no âmbito

dos convênios ﬁrmados com universidades

sediadas em Salvador.

instituição”, aﬁrmou a defensora pública

Maria Carmen Novaes.

Também

desde

o

ano

passado,

5

0 defensores públicos participam da 1ª

Especialização em Defensoria Pública,

realizada pela Esdep, em parceria com a

Unifacs. A capacitação inédita visa aprofundar

a formação dos membros da DPE-BA para

atuação na carreira. “Uma das preocupações

foi montar uma grade curricular com matérias

que não fossem somente dogmáticas,

aquilo que já foi visto na faculdade.

O objetivo era dispor de ferramentas para

que os defensores se tornem atores sociais

diferenciados, visando dar foco na atuação

prática”, pontuou a coordenadora dos cursos

de Direito da Unifacs, Flávia Marimpietri.

A Aula Magna Os Desaﬁos Internos e Externos

da Defensoria Pública Brasileira frente à

Emenda Constitucional nº 80/14, apresentada

pela defensora pública do Rio Grande do Sul

Patrícia Kettermann, marcou a abertura da

especialização, cuja previsão de término é

maio de 2017.

“A Escola Superior tem buscado manter

1

ª Especialização em Defensoria Pública, realizada

pela Esdep, em parceria com a Unifacs

os projetos desenvolvidos pelas gestões

anteriores e, através do estabelecimento

de canais de escuta das demandas dos

defensores, servidores e estagiários, construir

formações que possam qualiﬁcar os serviços

prestados pelos membros da instituição.

Além disso, buscamos ampliar a participação

da sociedade civil nos espaços da Esdep por

meio de programas de educação popular em

direitos, o que já produz frutos com a formação

da primeira turma de defensoras populares

da DPE-Bahia”, destacou a diretora da escola,

defensora pública Firmiane Venâncio.

Três defensores públicos atualmente

cursam a pós-graduação Stricto Sensu da

Universidade Católica do Salvador: Maria

Carmen Albuquerque Novaes (Mestrado

em Políticas Sociais e Cidadania); Gilmar

Bittencourt Santos Silva (Doutorado em

Políticas Sociais e Cidadania) e Rodrigo

Ferreira Lima (Doutorado em Família na

Sociedade Contemporânea). “Reaprender

o processo de produção do conhecimento

transforma o defensor público deﬁnitivamente

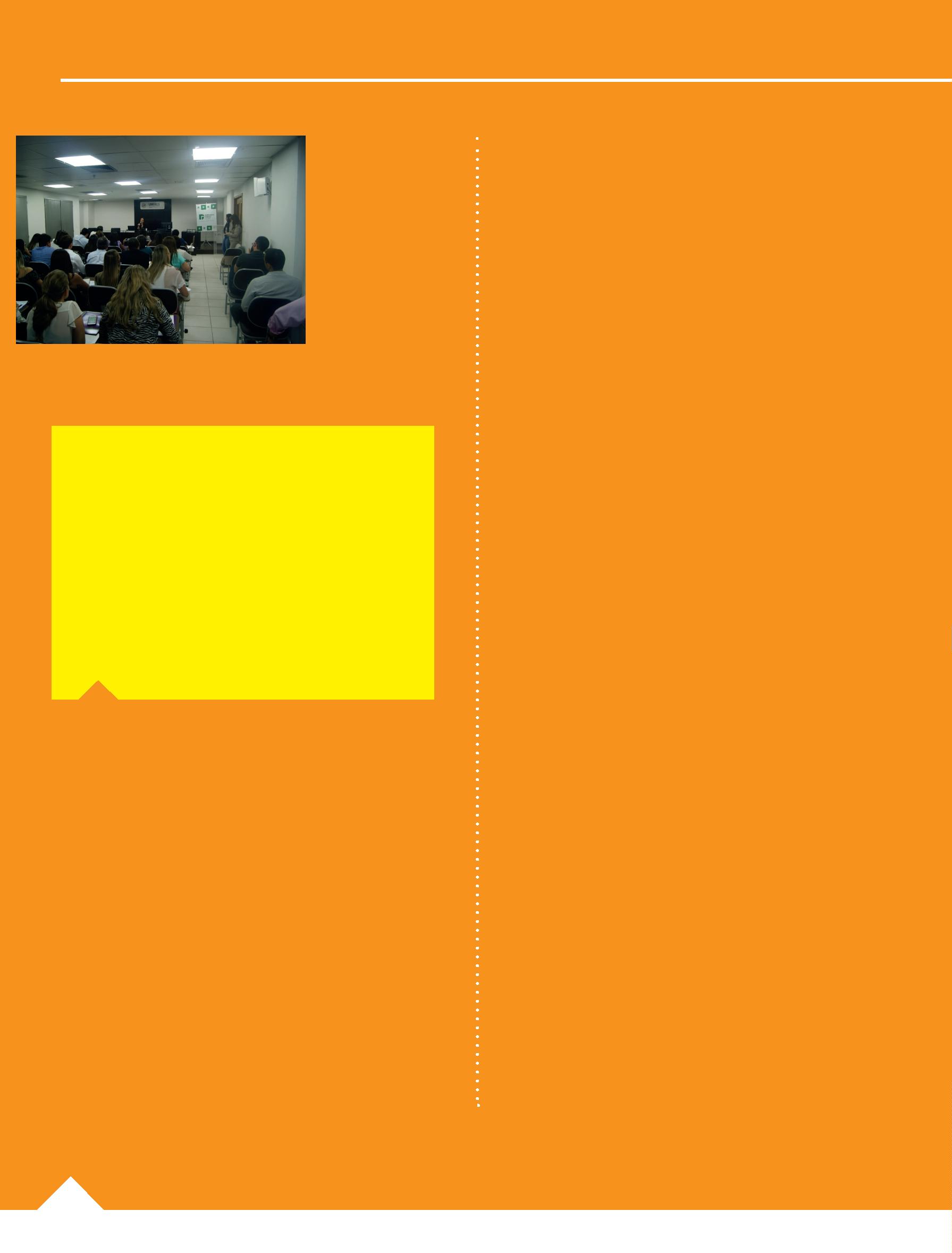
em agente participativo da comunidade, onde

este o faz compreender as necessidades do

outro, seja o assistido, o colega ou própria

1

8



FALA GESTÃO

COMPROMISSO COM A INTERIORIZAÇÃO DA DPE

A Constituição Federal prevê a Defensoria Pública como essencial para a garantia do acesso

à Justiça. Fazer chegar os seus serviços a mais comarcas e pessoas é um dos compromissos da

instituição. Mas a DPE esbarra no pequeno número de defensores públicos. Modiﬁcar um pouco

o quadro em 2015 foi possível a partir do restabelecimento do diálogo com o Governo do Estado

e com a suplementação do orçamento. Em menos de 2 meses de administração, a atual gestão

pôde convocar e nomear os candidatos remanescentes do concurso público realizado em 2010.

Inauguração da Defensoria

Pública em Irecê

Inauguração da sede da

Defensoria em Eunápolis

Inauguração da sede da

Defensoria em Brumado

Inauguração da sede de Barreiras,

que há 21 anos estava sem

os serviços da Defensoria

Reinstalação dos serviços

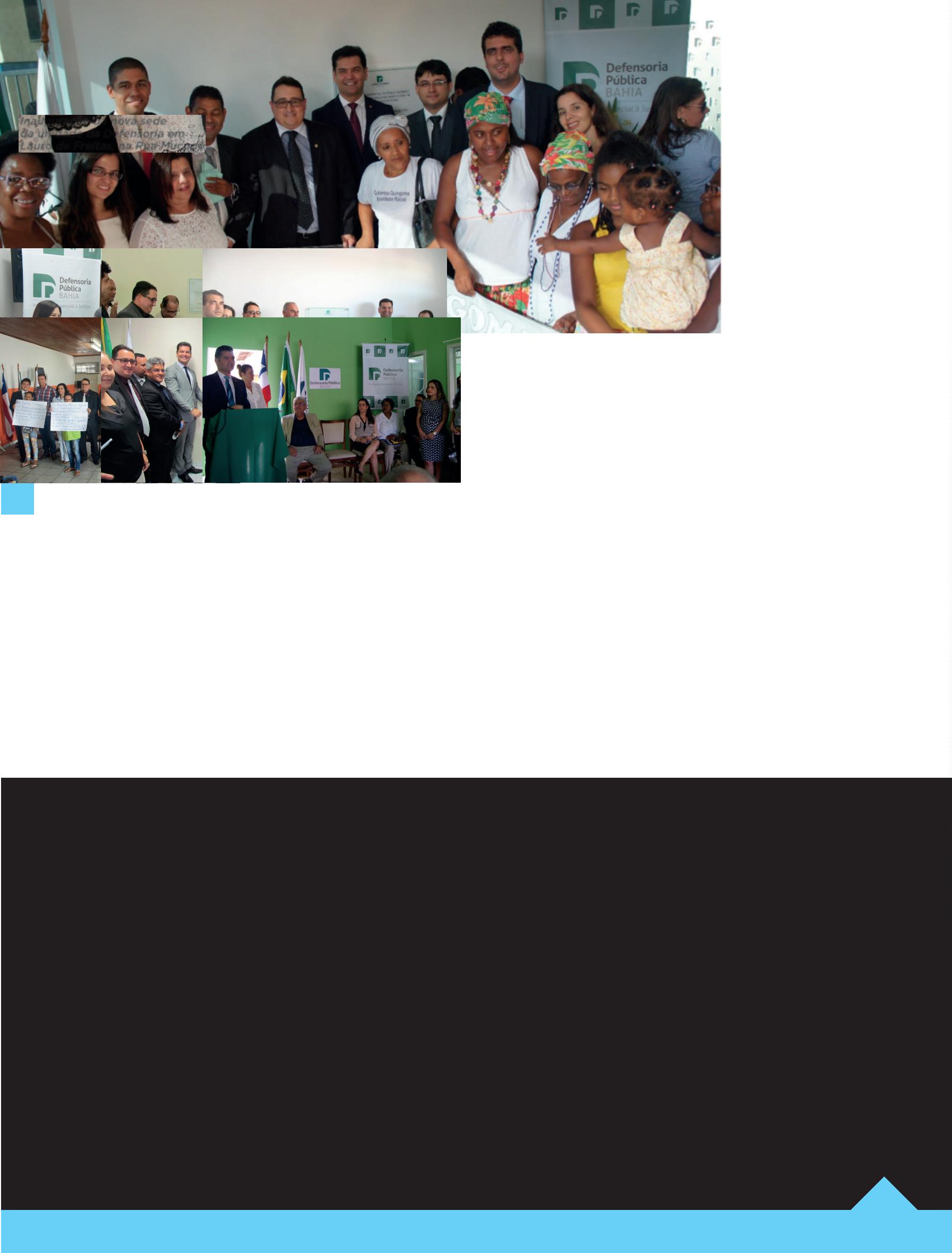
na Comarca de Amargosa

Nova sede própria da Defensoria

Pública de Teixeira de Freitas

1

9



Fala Defensoria

Em 2015, moradores das cidades de

Amargosa, Barreiras, Brumado, Eunápolis

e Irecê voltaram a contar com a assistência

jurídica gratuita da Defensoria depois de anos

sem os serviços da DPE. Em Barreiras, por

exemplo, a retomada da presença na cidade

aconteceu depois de 21 anos.

foi assumido pelo Defensor Público Geral do

estado, Clériston Cavalcante de Macêdo, nas

reuniões do Programa Pacto Pela Vida. Se em

março de 2015 a Defensoria estava presente

em 23 comarcas, atualmente, a presença da

DPE já chega a 29 comarcas.

Para

o

coordenador executivo das

Além da unidade em Barreiras, foram

inauguradas unidades em Brumado, que

estavasemassistênciahádoisanos;Amargosa,

que também ﬁcou dois anos sem defensor

público; Eunápolis, que teve a assistência de

defensores públicos por poucos meses no

ﬁnal de 2012; e Irecê, que passou a contar

com duas defensoras públicas depois de dois

anos sem oferecer atendimento na cidade.

Regionais, Walter Fonseca Nunes Jr.,

a expansão da Defensoria Pública pelo

interior, além de corresponder

a

um

imperativo constitucional determinado pela

EC nº 40/2014, traz em si a possibilidade de

mais cidadãos, ao conhecerem e efetivarem

seus direitos, superarem as desvantagens e as

desigualdades sociais. “Cada cidadão carente

ou vulnerável tem direito a uma Defensoria

Pública que lhe proporcione o exercício dos

seus direitos”, aﬁrma.

A inauguração das novas sedes de Lauro

de Freitas e Teixeira de Freitas, onde já havia

presença da Defensoria, também signiﬁcou

a ampliação dos atendimentos oferecidos

aos assistidos dessas localidades. Ocupando

novos espaços em imóveis fora dos fóruns,

mais pessoas puderam ser melhor atendidas.

Ao mesmo tempo, defensores, servidores

e estagiários da instituição passaram a ter

melhores condições de trabalho.

GTI PROPÕE

ADEQUAÇÃO

LEGISLATIVA DA LEI

ORGÂNICA

Embora esforços já tenham sido envidados

nas administrações anteriores para viabilizar

melhor infraestrutura, como hoje ocorre nas

sedes das Regionais, havia uma demanda

reprimida neste sentido.

A Lei Orgânica Estadual da Defensoria

Pública carece de inúmeras reformas para

que sejam corrigidas imperfeições e para

que sejam consolidados novos avanços já

assegurados por legislação federal. Com o

objetivo de elaborar proposta de Projeto de

Lei alterando a Lei Complementar nº 26, de 28

de junho de 2006, visando sua modernização

Com a nomeação dos 13 defensores públicos

em maio do ano passado, também foi possível

reforçar os serviços defensoriais a partir da

designação de defensores públicos para

Guanambi, Paulo Afonso, Senhor do Bonﬁm,

Serrinha, Juazeiro e Teixeira de Freitas.

e

adequação às alterações legislativas

inseridas por diversas leis aprovadas no

Congresso Nacional nos últimos nove anos,

a

Defensoria Pública reinstaurou Grupo

Na área criminal, pela primeira vez, a

Defensoria baiana pôde estar presente em

todas as 21 unidades prisionais do Estado,

também graças às últimas nomeações de

defensores públicos. O compromisso de

designar proﬁssionais para atuarem nos

presídios e complexos prisionais do interior

de Trabalho Interinstitucional em março

de 2015, através da Portaria nº 184. Coube

ao GTI, ainda, avaliar os aspectos legais

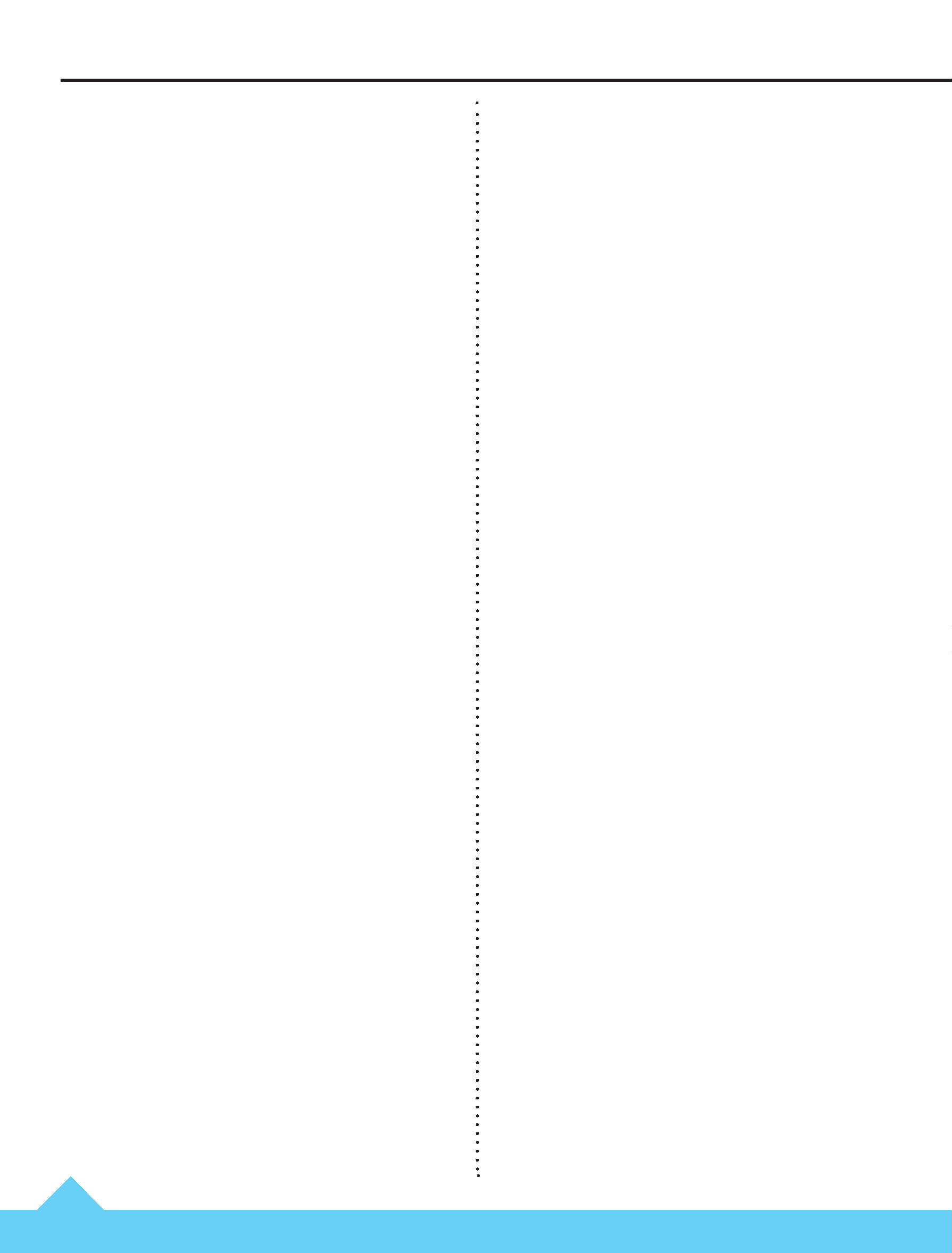
e seus impactos.

O anteprojeto apresentado ao CSDPE

contempla as mudanças ocorridas na

2

0



legislação federal, assim como a dinâmica

das instituições do sistema de Justiça do

nosso Estado, com vistas a trazer um modelo

de organização administrativa moderno

e descentralizado, calcado no equilíbrio

entre os novos paradigmas da atuação

defensorial e na qualidade do trabalho do

defensor público.

empresarial e abrangendo uma central de

redação. A equipe de seis integrantes passou a

ser composta por 11 pessoas: cinco jornalistas,

três estagiários de Jornalismo, uma designer

e um estagiário da área, além de um analista

com formação em Administração.

“Ainda não é a estrutura ideal, mas a

ampliação permitida pela atual gestão vem

possibilitando uma maior divulgação das

ações institucionais na capital e no interior,

através do relacionamento com a imprensa de

todo o Estado e da utilização de algumas das

redes sociais, a exemplo do Facebook, Twitter,

YouTube e Flickr”, ressalta a coordenadora

da Assessoria de Comunicação, jornalista

Vanda Amorim.

No anteprojeto também está a inclusão da

cota de 30% para negros ou pardos nos novos

concursos da DPE, aprovada pelo Conselho

Superior da Defensoria Pública, através

da Portaria nº 003/2016. Esta resolução

acompanha o previsto na Lei nº 13.182/2014,

que criou na Bahia o Estatuto da Igualdade

Racial e de Combate à Intolerância Religiosa.

De acordo com o coordenador do Grupo de

Trabalho, subdefensor público geral, Rafson

Ximenes, as negociações têm avançado para

o encaminhamento do projeto. “O anteprojeto

procura também facilitar a ascensão na

carreira, ao mesmo tempo em que garante

a permanência no interior dos defensores

públicos que assim desejarem. Há também

o reconhecimento expresso da Ouvidoria e

da Adep, além de medidas sociais como as

políticas aﬁrmativas”, explicou.

O reforço da equipe e a adoção do

giro de notícias por todas as unidades

da Defensoria surtiu bons resultados. Em

2015, a Assessoria de Comunicação buscou

otimizar o investimento com a criação de

layouts para produtos de atividades diversas,

utilizando com maior dinamismo a equipe

de designers. Foram produzidos 135 layouts,

entre cartazes, banners, cartões, cards para

redes sociais, folders e cartilha, deixando

para a agência de propaganda apenas

campanhas institucionais.

A Assessoria de Comunicação, cumprindo

sua atribuição de divulgar a Defensoria

Pública, no ano de 2015 produziu 832 releases

e 462 posts no Facebook, entre estes,

links de matérias do site e cards (cartões

para Rede Social) relativos a campanhas

ou datas comemorativas.

ASSESSORIA DE

COMUNICAÇÃO É

AMPLIADA

Por considerar que a estrutura encontrada

na Assessoria de Comunicação não mais

atendia as necessidades da instituição, que

teve suas atividades expandidas na capital

e no interior, a Administração Superior

da Defensoria Pública tem procurado

propiciar uma estrutura que viabilize maior

dinâmica e capacidade de ocupação das

diversas ferramentas hoje disponíveis para a

comunicação, nos moldes da comunicação

A dinâmica adotada para o diálogo nas

redes sociais, com a linguagem apropriada,

cards criativos para a difusão do conhecimento

sobre direitos em geral, além de fotos e vídeos

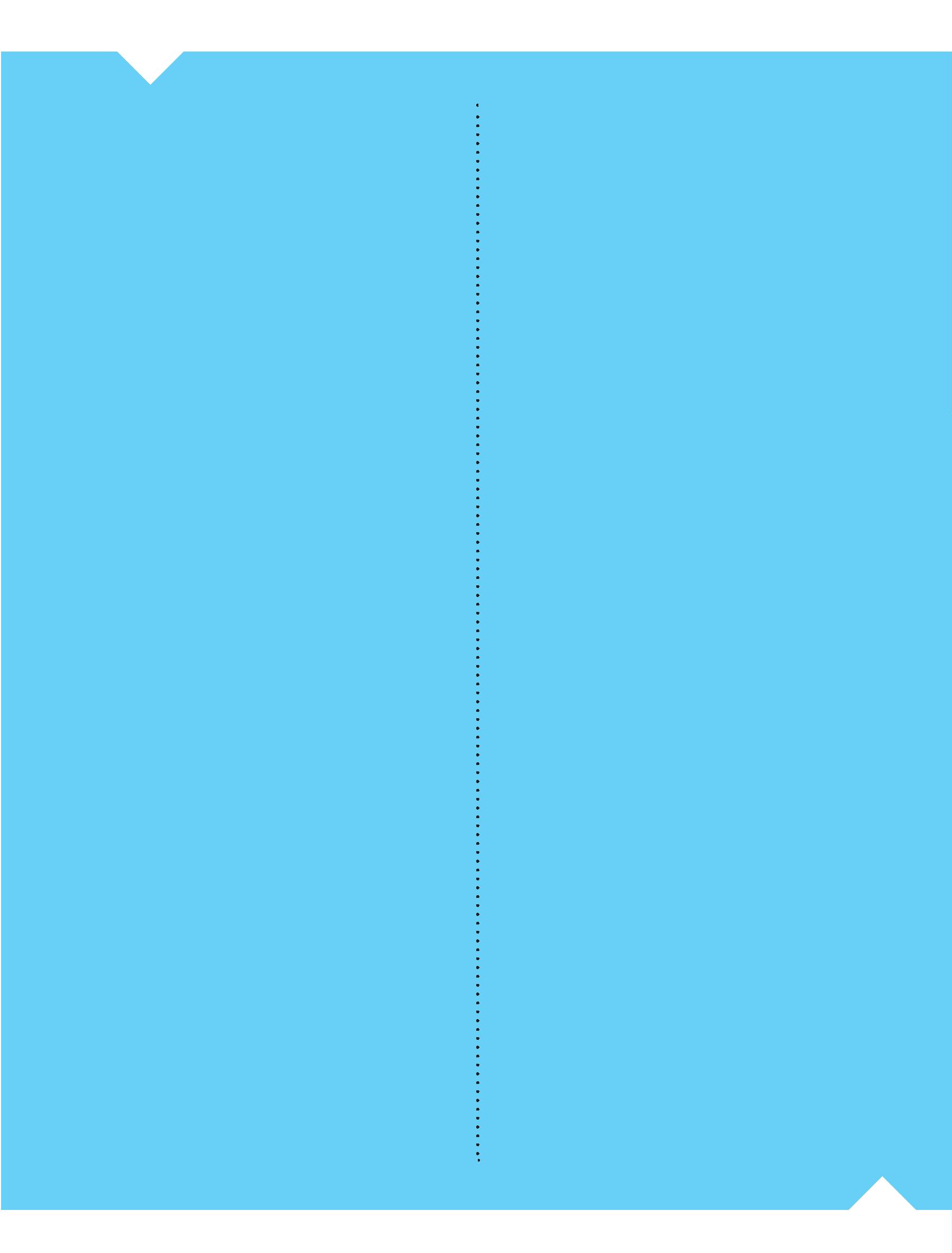
sobre as atividades da Defensoria, resultaram

em um incremento de mais de 50% no número

de seguidores desde março de 2015.

2

1



FALA CARREIRA

POSSE POPULAR

Julho, onde os novos defensores receberam

seus certiﬁcados das mãos de representantes

dos movimentos sociais de Salvador.

E NOMEAÇÃO

DOS ÚLTIMOS

CONCURSADOS

DE 2010

Evidentemente que

a

carência de

defensores públicos continua no Estado, mas

a Defensoria está adotando as providências

para que novo concurso aconteça ainda em

2

016. Comissão para elaboração do edital

para esse novo certame já foi formada e

vem se reunindo para deﬁnir o conteúdo da

prova que deverá atrair milhares de bacharéis

em Direito. O próximo concurso, além dos

Resultado do diálogo com o Governo

Estadual, após 75 dias de gestão o Defensor

Público Geral, Clériston Cavalcante de

Macêdo, convocou os candidatos aprovados

remanescentes do concurso de 2010. A posse

dos novos defensores públicos aconteceu

em 11 de junho, tendo ainda a inédita posse

popular no dia 14 de agosto, no Largo 2 de

5

% das vagas já previstas para pessoas com

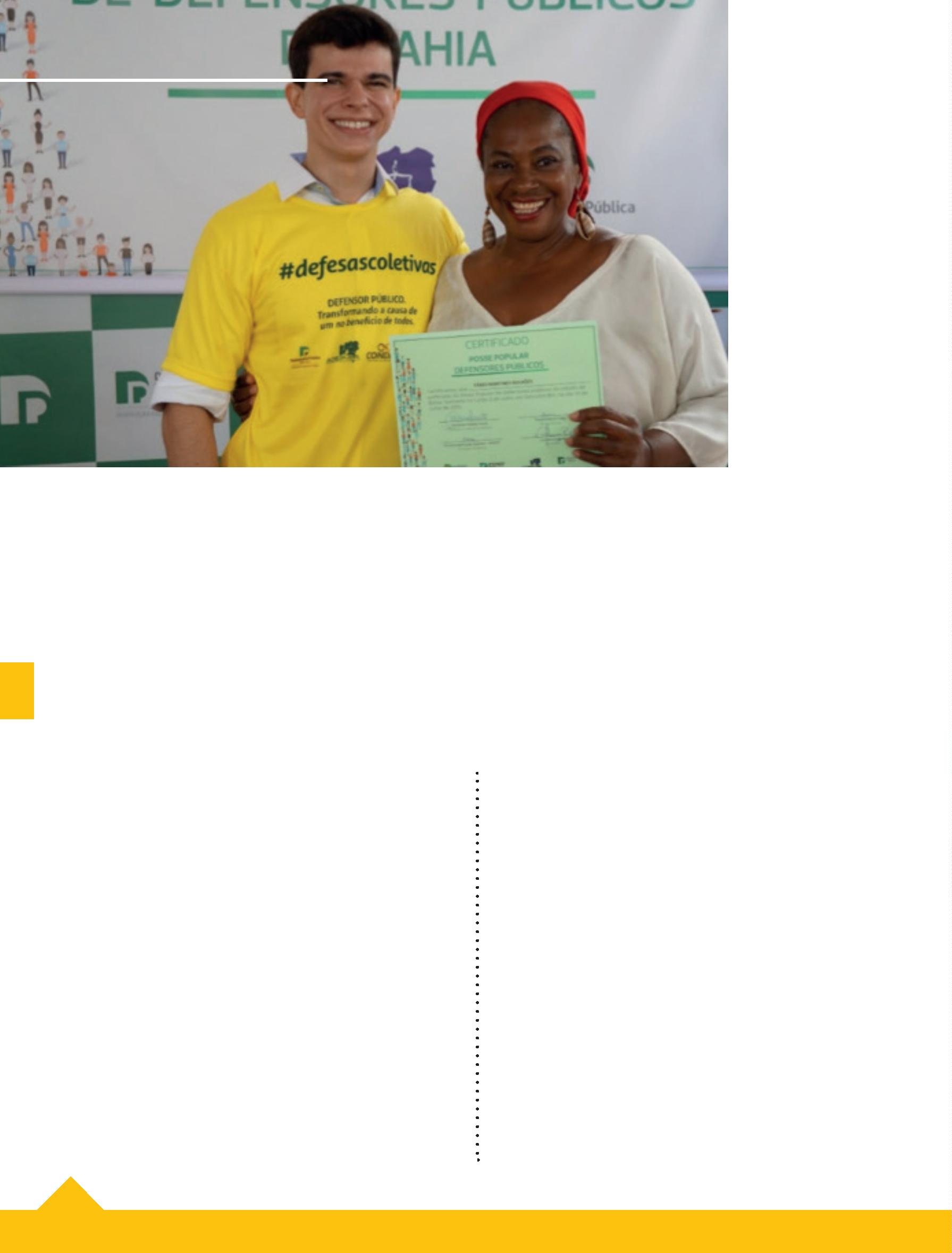
deﬁciência, também prevê a reserva de 30%

das vagas para negros ou pardos, aprovada

pelo Conselho Superior.

2

2



2

3



O

número de defensores da Bahia,

PROMOÇÕES

AMPLIAM

TITULARIDADES

contudo, está muito aquém do necessário

para assegurar o amplo acesso à Justiça

aos cidadãos baianos que se encontrem em

situação de vulnerabilidade e não tenham

condição de arcar com os honorários

de um advogado.

A Defensoria Pública do Estado da Bahia é

a única do Brasil que tem praticamente todos

os seus membros titulares. Essa característica

foi alcançada com a decisão do Conselho

Superior da DPE que, em sessão no dia 9 de

novembro de 2015, aprovou a promoção de

Nº atual de defensores públicos – 277

Nº previsto na Lei Complementar nº 26/2006 – 583

Nº de comarcas atendidas – 29

5

6 membros da instituição.

A

ascensão na carreira defensorial

se dá pelos critérios de antiguidade ou

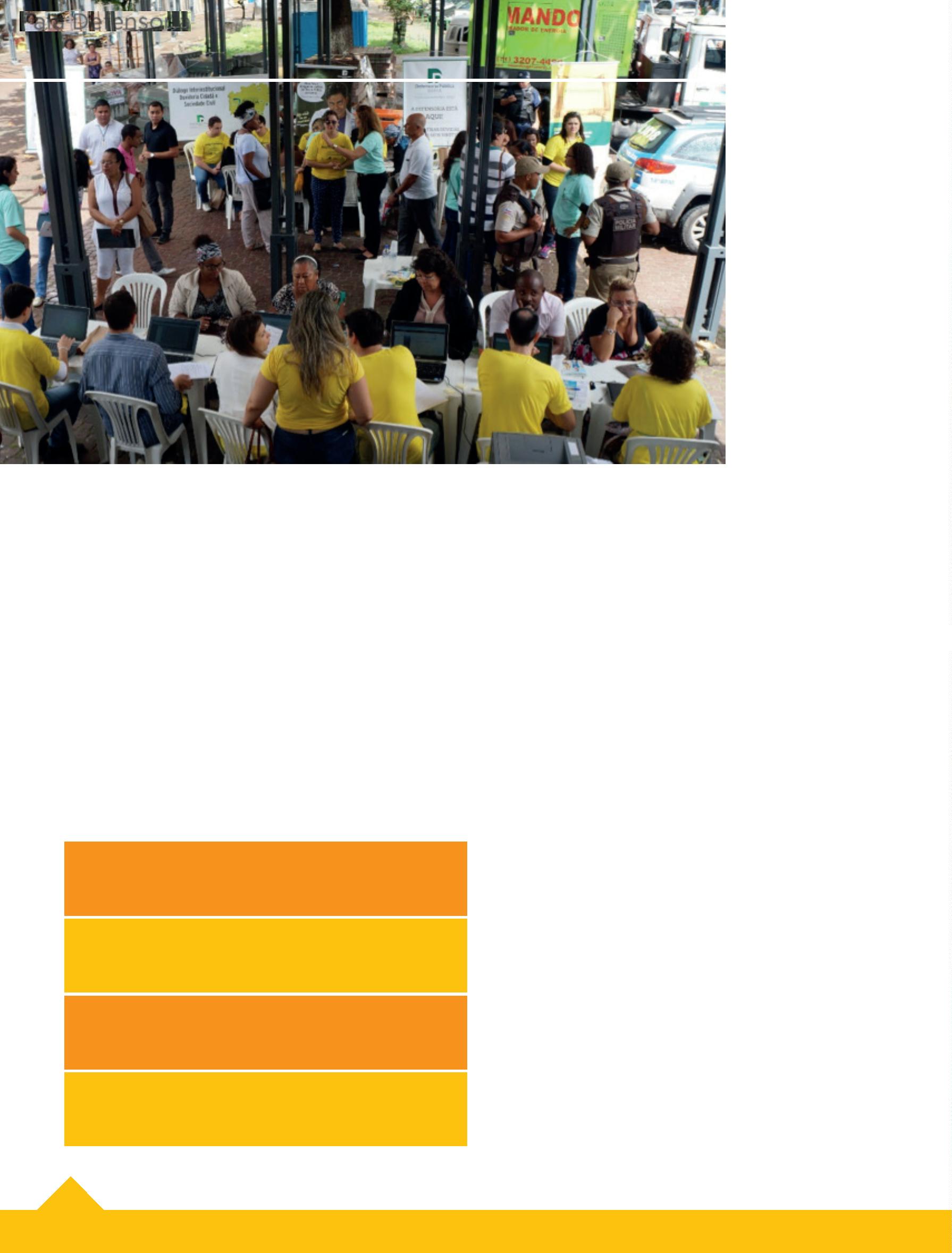
merecimento. A sessão foi acompanhada

através da transmissão online pela maioria

dos que pleiteavam a promoção.

Nº de Comarcas existentes na Bahia - 276

24



as raízes, as diﬁculdades que nós passamos.

A nossa Justiça também é uma justiça social

porque nós atendemos às classes menos

favorecidas e nós, aqui da Bahia, já tínhamos

esse atendimento quando nenhum outro

estado tinha”, destacou a defensora pública

Carmella, ao citar a sanção da Lei nº 4.658,

de 1985, que instituiu a Defensoria Pública

da Bahia. Somente em 1988, a Constituição

Federal regularizou a situação da instituição.

DE ONDE VIEMOS?

PARA ONDE VAMOS?

Comissão da Memória da DPE: DPs Carmela de

Alencar, Firmiane Venâncio e Raul Palmeira.

A história de uma instituição deve ser

respeitada, mas também conhecida por todos,

desde aqueles que a integram até os públicos

com os quais se relaciona. Ao completar 30

anos, a Defensoria Pública do Estado da Bahia

criou uma comissão para cuidar e resgatar a

memória dessa história. Memória de passos,

de lutas, de retrocessos e de avanços. Porque

história se faz assim. Os defensores públicos

Carmella de Alencar e Raul Palmeira, que

atuam na Instância Superior; e a defensora

pública Firmiane Venâncio, diretora da

Escola Superior da Defensoria Pública,

formam o grupo responsável pela curadoria

de fotograﬁas, documentos e vídeos que

rememoram o percurso da instituição.

Valorizar cada etapa da luta para a

construção e para o fortalecimento da

Defensoria Pública do Estado da Bahia ao

longo dos últimos 30 anos é um dos motivos

para celebrar o aniversário da instituição

para a defensora pública Firmiane Venâncio.

A solenidade comemorativa será no dia 19

de maio de 2016, no Fiesta Bahia Hotel. “De

onde a gente partiu? Precisamos conhecer a

história para valorizar os ganhos que tivemos

ao longo de 30 anos. Se não sabemos de

onde nós viemos primeiro, não saberemos

onde queremos chegar, não é?”, reﬂetiu.

São marcas de uma Defensoria Pública

que lutou para ganhar autonomia e ainda luta

para estar cada vez mais fortalecida em sua

missão: viabilizar o acesso à Justiça. Entre

as conquistas ao longo desses anos, estão

a sanção da Lei Complementar n° 26/06,

em 21 de junho de 2006, que regulamentou

a Lei Orgânica e o Estatuto da instituição,

permitindo que a DPE executasse as mudanças

Baseado em uma pesquisa temporal,

impessoal e institucional, o livro comemorativo

ao trigésimo aniversário da Defensoria

baiana traz um acervo de informações que

compuseram a história desde o dia 26 de

dezembro de 1985 – data que marca o início

das atividades da DPE – até os dias de hoje.

constitucionais referentes

adequando sua estrutura e funcionamento;

criação da Emenda Constitucional

à

autonomia,

“

Esse memorial vai deixar para

a

posteridade a história da Defensoria Pública:

como ela começou, como ela engatinhou,

e

a

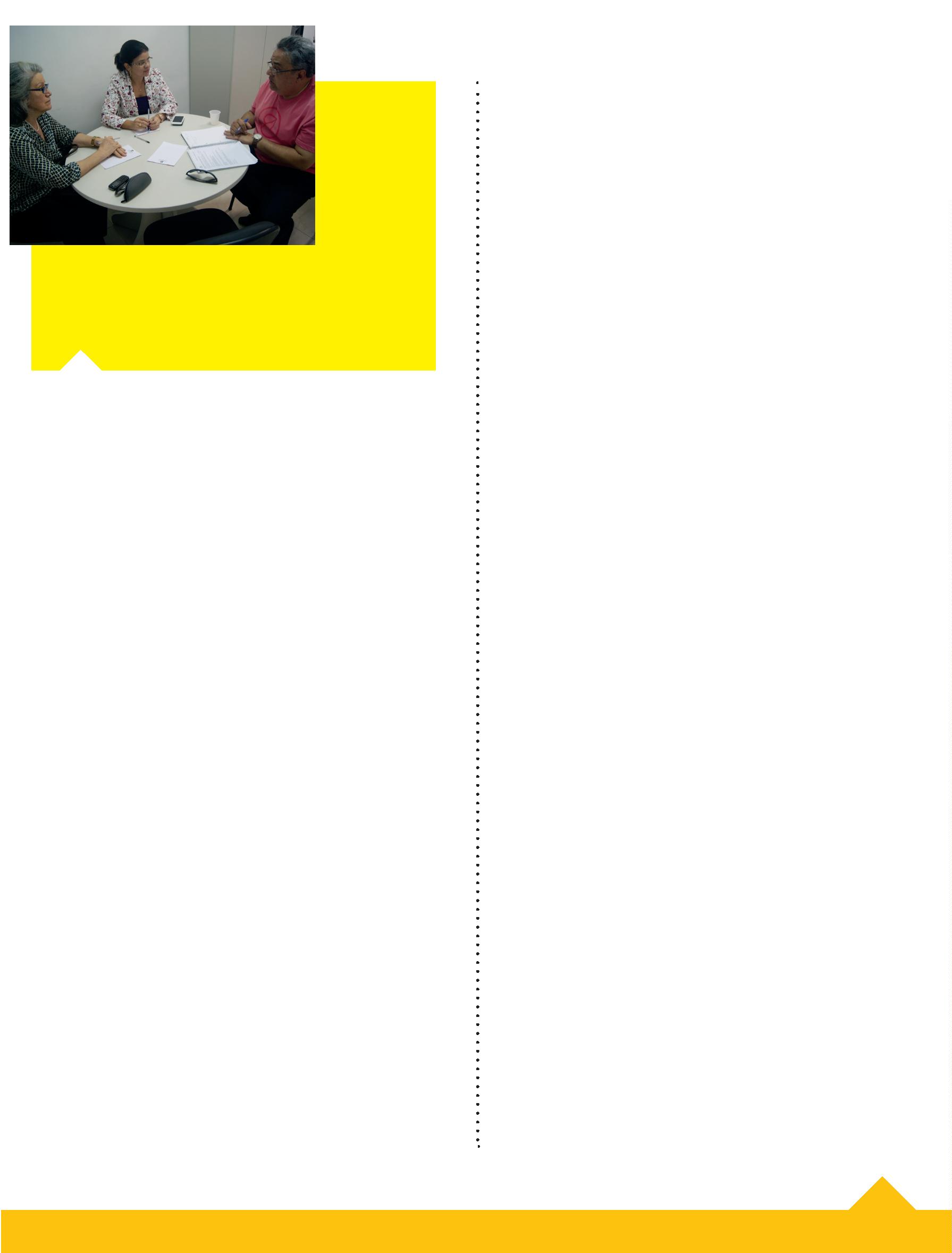
nº 80/2014, que prevê a interiorização da

Defensoria Pública, garantindo a sua presença

em todas as comarcas.

2

5



Fala Defensoria

Para o defensor público Raul Palmeira, o memorial representa o primeiro passo para a difusão

da história, estrutura e alcance sociopolítico e jurídico da instituição. “No futuro, espero que não

muito distante as academias de Direito se debrucem com mais acuro para estudar sobre as

Defensorias Públicas. Por outro lado, as Escolas de Sociologia também podem se dedicar ao

tema e o curso de História, que não podemos deixar ao esquecimento”, contou ele, que chegou

em 1984 à instituição e assistiu à sua criação, em 1985.

MODERNIZAÇÃO

E TRANSPARÊNCIA

A

Defensoria Pública do Estado da

O Portal da Transparência, lançado no

início de maio, também é mais uma forma

de democratizar o acesso às informações

da gestão pública. As pessoas poderão

acompanhar a execução orçamentária e como

é o desenvolvimento da gestão ﬁnanceira

através do site da Defensoria Pública da Bahia.

Bahia – DPE-BA vem cada vez mais se

aprimorando em modernização tecnológica e

transparência no acesso à informação. No dia

1

4 de setembro de 2015, pela primeira vez na

sua história, a instituição transmitiu online e

ao vivo a sessão do Conselho Superior para o

público interno.

2

6



A iniciativa faz parte de uma política de

transparência da DPE-BA, além de contribuir

com o regime democrático do país, ampliando

a participação cidadã no acesso à informação

pública. As transmissões ao vivo das sessões

do Conselho Superior foram idealizadas

para facilitar que os defensores públicos do

interior e da capital pudessem acompanhar

as reuniões, já que é o órgão máximo da

Defensoria Pública. Além de assistir online às

transmissões, os defensores podem assistir

posteriormente, já que os vídeos das sessões

ﬁcam armazenados.

A

transparência,

a

modernização,

a

clareza dos dados e a adequação à Lei

de Acesso à Informação (12.527/2011) são

deveres adotados pela Defensoria Pública

do Estado da Bahia, que não beneﬁciam

somente o público externo, mas também o

grupo de defensores públicos e servidores

da instituição.

APLICATIVO - Além de estar presente

em várias redes sociais, promovendo uma

maior interação com a população baiana

presente nesses meios de comunicação, a

Defensoria Pública lançou, em dezembro

de 2015, aplicativo móvel com informações

sobre a instituição. Com a vantagem de ter

8

0% do conteúdo que pode ser acessado

sem conexão à internet, o aplicativo pode

ser baixado gratuitamente através do

Google Play Store.

27



Fala Defensoria

O lançamento faz parte do programa

de 30 anos da DPE-BA, completados no

dia 26 de dezembro. “A Defensoria está se

modernizando para ﬁcar ainda mais próxima

dos usuários dos nossos serviços, pois foi

identiﬁcado que a maioria deles usa o celular”,

disse o coordenador de Modernização e

Informática, Thales Almeida.

de que é através de caminhos distintos que a

representação institucional e a representação

da classe podem buscar o fortalecimento

da Defensoria e dos defensores públicos, no

intuito de assegurar o mais amplo e qualiﬁcado

acesso à Justiça aos cidadãos baianos.

“

Temos promovido um profícuo diálogo

O aplicativo pode ser utilizado através dos

smartphones que usem o sistema android e

também será lançado para aparelhos com

o sistema iOS, atendendo a proposta de

ampliação do acesso à informação. No Google

Play Store, o aplicativo pode ser localizado

com o nome Defensoria Pública BA. Em breve

também no App Store.

calcado no respeito e na independência

que o exercício dois cargos impõe”, avalia o

gestor da Defensoria, Clériston Cavalcante de

Macêdo. Por sua vez, a presidente da Adep-

BA, Ariana Souza, considera que ao iniciar

um processo de reaproximação e diálogo

com a Administração Superior em uma

agenda periódica, a Associação exerce seu

papel de pontuar as questões de interesse

Informações detalhadas sobre as áreas

de atuação da Defensoria e documentos

exigidos para cada tipo de atendimento são

alguns dos dados que podem ser acessados

sem conexão com a internet. Para localização

das unidades da instituição em Salvador e

na Bahia, contato com a Ouvidoria através

e-mail, assim como o acesso às notícias e

às redes sociais e ao site da instituição, há

necessidade de conexão à internet.

O

aplicativo, criado pela Defensoria

Pública do Rio Grande do Sul, foi cedido

através de Termo de Cooperação entre

as duas instituições

a Defensoria baiana.

e

adaptado para

RETOMADA DA

RELAÇÃO DA

ADMINISTRAÇÃO

COM A ADEP

da classe e cobrar resoluções: “Importante

para a Associação o reconhecimento de que

a construção de uma instituição fortalecida

passa pela valorização da carreira e pelo

respeito ao defensor público. E essa relação

entre a instituição e a entidade de classe,

quando alinhada e profícua, contribui para o

crescimento da Defensoria Pública”.

O

diálogo com

a

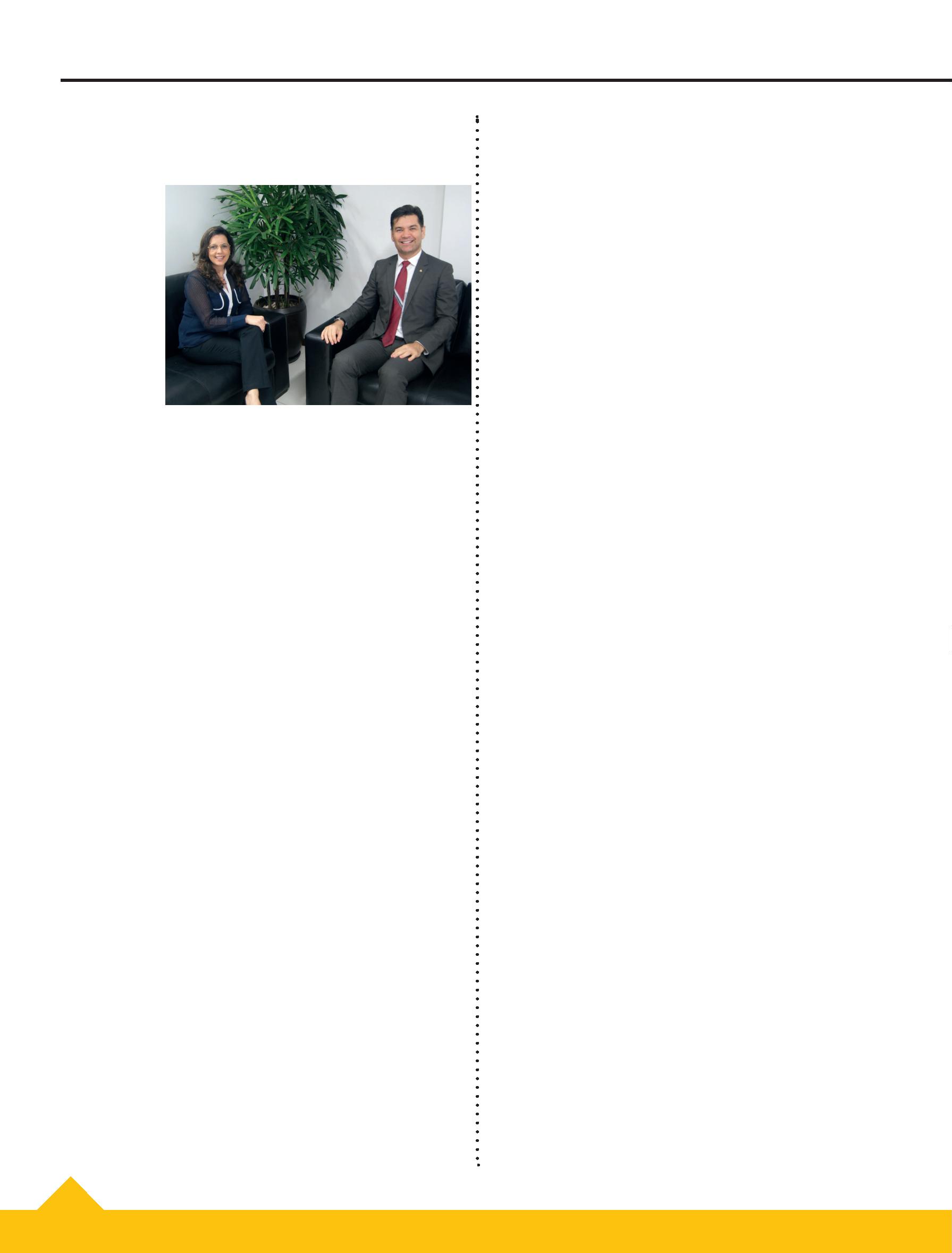
Associação dos

Defensores Públicos da Bahia foi retomado

no ano passado, a partir do reconhecimento

2

8



“A instituição deve velar pelo respeito

à dignidade do público-alvo. Além disso, a

missão da Defensoria deve ser norteada pela

política de humanização do atendimento,

de forma a ser referência junto à população

INSTRUÇÕES

NORMATIVAS DA

CORREGEDORIA

BUSCAM A MELHORIA

DA QUALIDADE

DOS SERVIÇOS

pela

excelência

no

serviço”,

explicou

a corregedora-geral, Maria Auxiliadora Teixeira.

Em relação às inspeções que vêm sendo

realizadas pela corregedora-geral

e

a

corregedora-adjunta, Josenilda Ferreira,

junto às unidades defensoriais que atuam no

sistema penal, preocupou as corregedoras

a superlotação nos presídios do interior do

Estado. “Queremos garantir que a parte

que cabe à Defensoria seja executada com

a responsabilidade que marca o nosso

serviço”, destacou Josenilda Ferreira.

Com o objetivo de assegurar um trabalho

de qualidade para os cidadãos que necessitam

da assistência jurídica gratuita da Defensoria

Pública, a Corregedoria-Geral da instituição

adotou, a partir de junho de 2015, as inspeções

de avaliação previstas na Lei Orgânica da

Defensoria (LC nº 26/2006), e regulamentou

através de instruções normativas alguns

pontos que poderiam comprometer a relação

com o assistido.

Dentro das limitações enfrentadas pela

Corregedoria, por não ter, como toda

a

Defensoria, um corpo adequado de

defensores e servidores auxiliares, estão

sendo priorizadas as diligências relacionadas

a sindicâncias e processos administrativos

mais antigos. “A Defensoria Pública tem uma

imagem a zelar e precisamos dar agilidade

a esses processos para evitar máculas”,

Nesse período duas Instruções Normativas

foram apresentadas pela Corregedoria.

A primeira, que prevê que para que o

defensor público saia de férias suas atividades

estejam regulares. A segunda determina que

o atendimento dos assistidos deve acontecer

diretamente pelo defensor público.

argumenta

a

corregedora-geral,

que

responde desde março pela presidência do

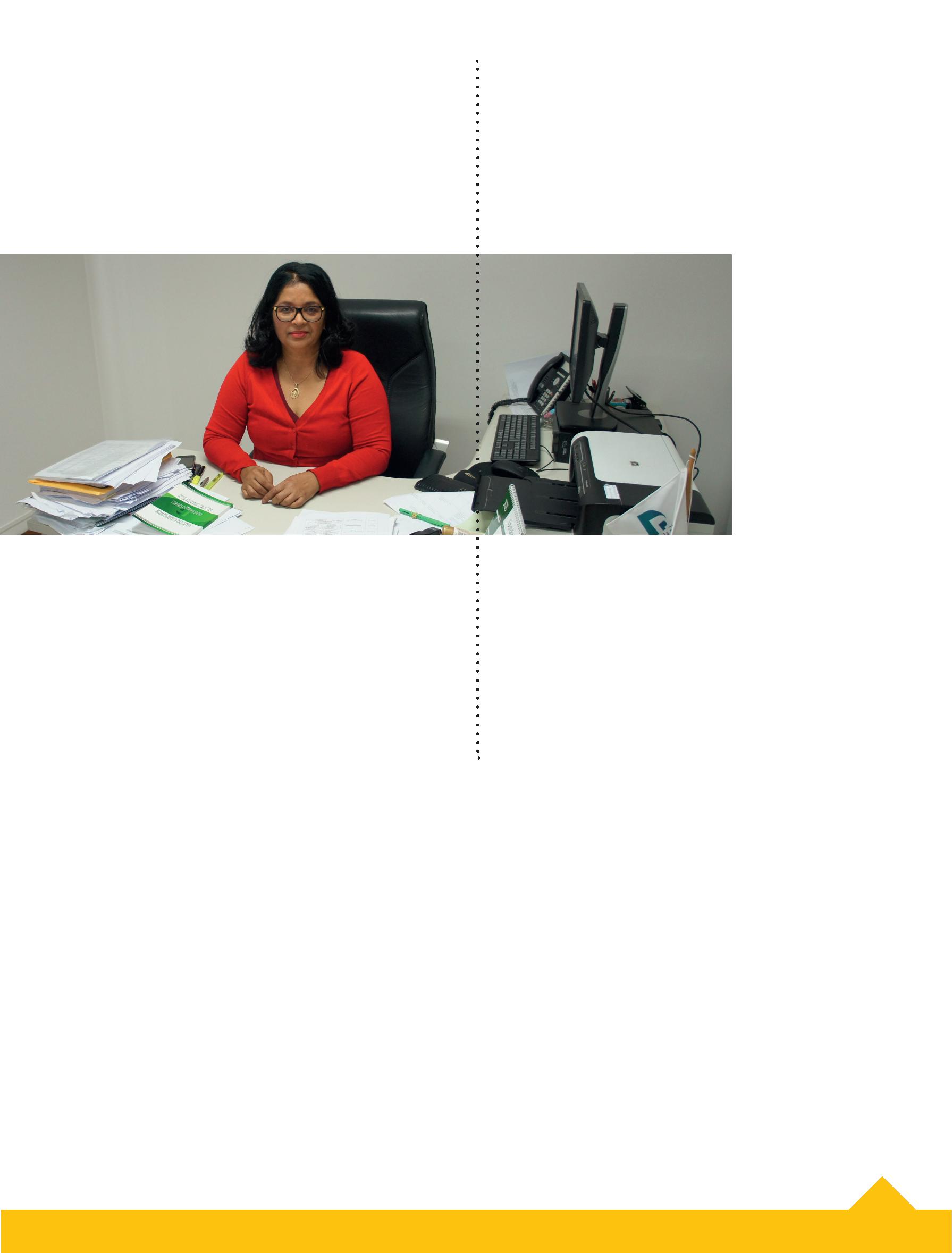
Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais

das Defensorias.

Corregedora-geral, Maria Auxiliadora, em correição na comarca de Jequié

2

9



Fala Defensoria

REDESENHO

DA POLÍTICA

DE ESTÁGIOS

precisamos qualiﬁcar esse apoio ao defensor

público”, avaliou Venâncio.

Há um cuidado também para ampliar o

acesso às capacitações para os estagiários

de nível superior. Além de cursos presenciais

sobre o Novo Código de Processo Civil e

gestão de crises, por exemplo, a Esdep

também disponibiliza por meio digital, seja

e-mail ou através do canal do YouTube

da Defensoria, o acesso a todos os cursos

destinados a defensores públicos.

Não só por defensores públicos

e

servidores é feito o atendimento da Defensoria

Pública do Estado da Bahia. De acordo com

dados da Escola Superior da instituição –

Esdep, 406 estagiários de nível superior

compõem o apoio à assistência judiciária

gratuita oferecida pela DPE ao cidadão na

capital e no interior do Estado. O quadro,

que era majoritariamente apenas composto

por estudantes de Direito, hoje traz uma

nova conﬁguração: há estudantes também

das áreas de Psicologia, Serviço Social,

Jornalismo, Design, Arquitetura e Informática.

“

O que ﬁzemos ao longo desses dois anos

foi potencializar estágios da Defensoria

Pública em outras áreas que inicialmente

não tínhamos”, disse a diretora da Esdep,

defensora pública Firmiane Venâncio.

São 225 estudantes na capital, divididos

nas áreas de Família, Cível e Fazenda Pública,

Criminal, Curadoria, Juizados Especiais,

Proteção à Pessoa Idosa, Direitos Humanos e

Instância Superior. No interior, 181 estagiários

compõem o quadro de auxílio aos defensores

públicos. Para esses estudantes, a Escola

Superior vem desenvolvendo uma política

de capacitação cada vez mais personalizada,

de acordo com a área em que eles atuam, a

partir de consulta feita com os respectivos

defensores públicos. “Que tipo de aporte ele

precisa ter na área Cível, na área de Família,

por exemplo? Isso é respeito ao estudante

que está na Defensoria Pública, ajudando

a construir a instituição. Então, precisa

do retorno do conhecimento e também

Seleção para estagiários do curso de Direito,

com 1.287 inscritos

Na última seleção de estágio de nível

superior para o curso de Direito, em maio

de 2015, registraram-se 1.287 estudantes

interessados nas 52 vagas abertas, ou

seja, quase 25 pessoas concorrendo

a

uma oportunidade. Em 2014, foram 900

estudantes inscritos para o processo seletivo.

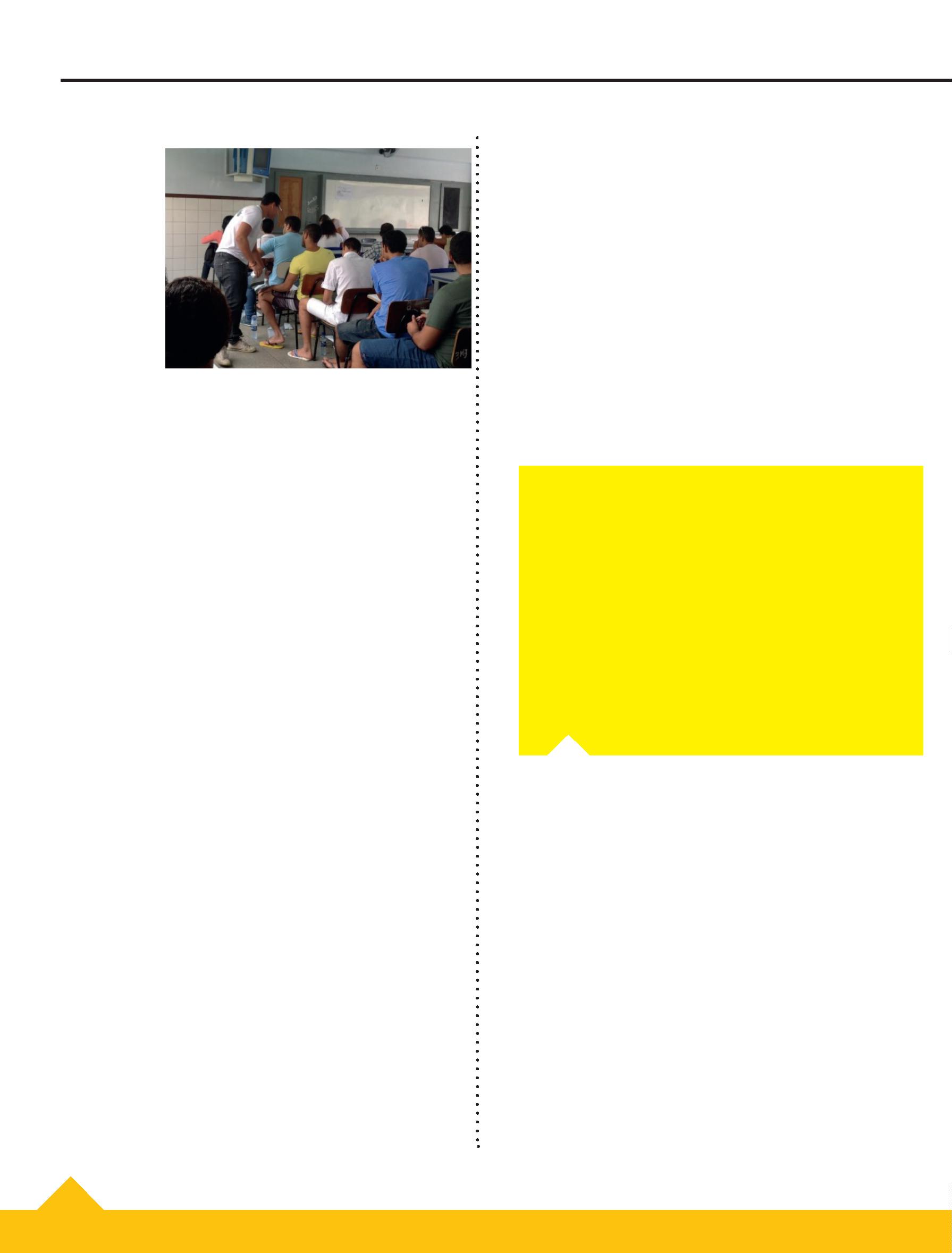
“O estágio da Defensoria Pública sempre

foi muito procurado pelos estudantes pelo

aprendizado que gera, pela diversidade de

3

0



BALANÇO DE

ATENDIMENTOS

áreas, pela diversidade de público que nós

atendemos”, comemora Firmiane Venâncio. A

Defensoriabaiana, por meio de convênios com

faculdades, também disponibiliza vagas para

estágios voluntários, com 8 horas semanais.

2

015

NÍVEL TÉCNICO – A Defensoria Pública

também tem oportunizado o aprendizado

aos estudantes de nível técnico. Na última

seleção, realizada em novembro de 2015,

A Defensoria Pública do Estado da Bahia

é feita de histórias. Histórias como a da dona

de casa Maria da Conceição, que passou a ter

a guarda legal da pequena Raqueli Brenda, de

dois anos, graças ao atendimento recebido na

Casa de Acesso à Justiça I, durante a Ação

Cidadã Ame e Adote, intensiﬁcada em maio.

Histórias ainda como a de Palloma Oliveira,

que aos 32 anos ganhou o direito de alterar

seu nome e o sexo sem precisar recorrer

à Justiça, após intervenção da Defensoria

em Camaçari. História que começou a ser

escrita na vida do bebê Arthur Rodrigues, de

três meses, nascido com microcefalia e que

conseguiu efetivar seu direito a um exame de

tomograﬁa graças a liminar obtida pela DPE

em Juazeiro. Juntas, em 2015, a DPE ajudou a

contar 910.518 mil histórias. Um aumento de

414 estudantes de cursos técnicos de

Administração, Contabilidade, Logística e

Informática disputaram 56 vagas de estágio

na instituição.

Assim como os estagiários de nível

superior, os de nível técnico também recebem

capacitação. O conteúdo inclui, entre outros

assuntos, orientação para atendimento

humanizado, informações institucionais, ﬂuxo

de rotina administrativa, além dos deveres

e direitos do estagiário na Defensoria.

Atualmente, 226 jovens contribuem com as

atividades nos diversos setores da DPE.

1

5,88% de atendimentos se comparados ao

ano anterior, quando 758.729 atendimentos

foram realizados pela instituição.

De 2012 a 2015, esse número chegou a

3

.025.553, incluindo atendimentos feitos na

capital e interior, correições e sindicâncias

realizadas pela Corregedoria da DPE,

defensores

dúvidas

e

servidores

esclarecimentos

capacitados,

prestados

e

pela Central de Relacionamento com o

Cidadão – CRC e atendimentos ordinários

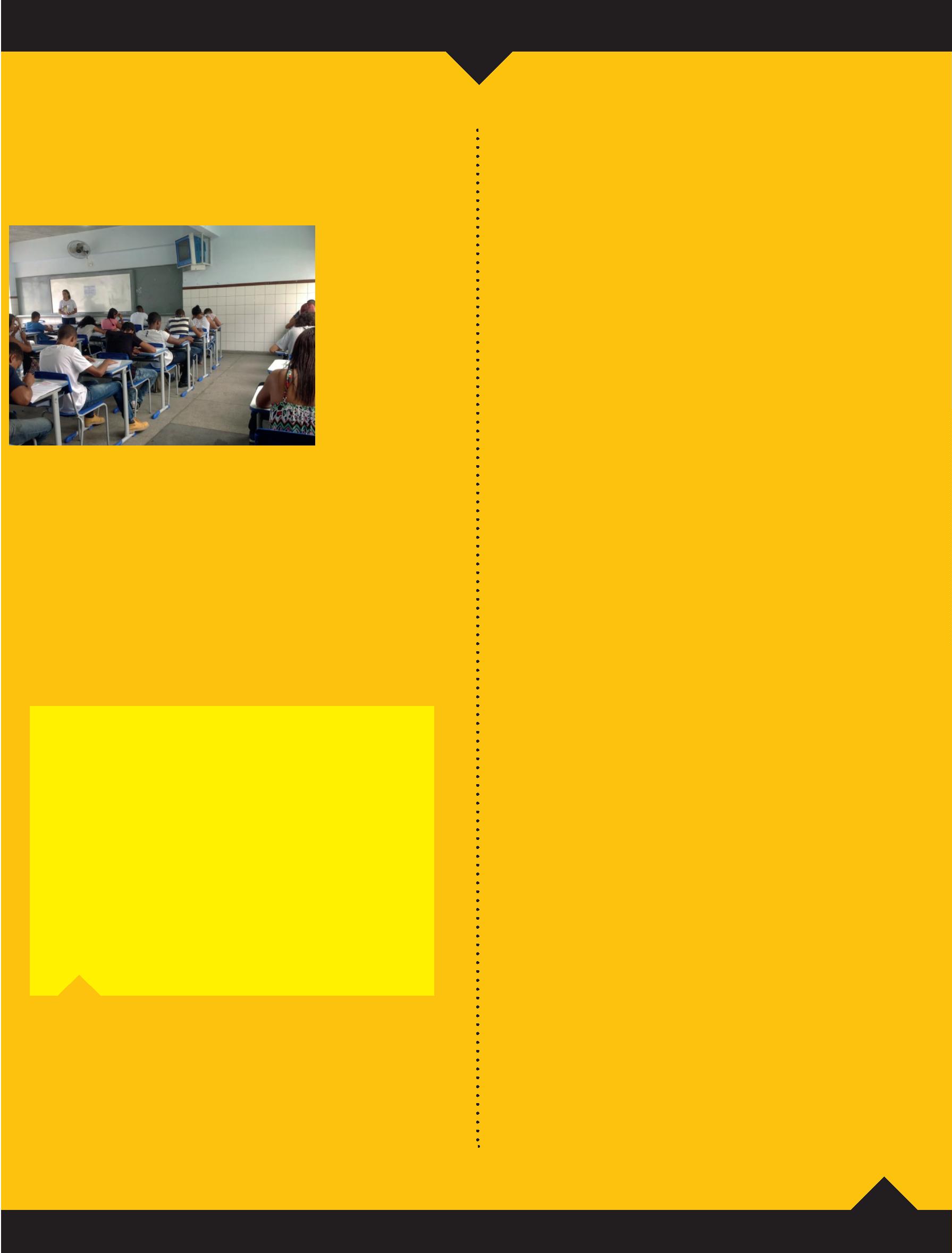
e extraordinários feitos pelo Disque 129.

Mais de 400 estudantes de nível técnico foram

à seleção para disputar 56 vagas de estágio

3

1



Fala Defensoria

Para a corregedora-geral, Maria Auxiliadora

Bispo, o aumento se deve ao crescimento da

visibilidade da instituição entre os cidadãos

do Estado. “A Defensoria Pública vem

crescendo e aumentando a capacidade de

atendimento. Hoje, atendemos a uma maior

demanda porque há uma maior procura. A

cada dia que passa, a instituição passa a ser

mais conhecida”, aﬁrmou.

No interior, a presença da Defensoria

em 29 comarcas signiﬁcou a ampliação da

cobertura defensorial a partir de 2012. Pela

primeira vez o número de cidades atendidas

pela DPE chegou a 30, computando-se 116

defensores públicos lotados fora da capital.

Assim como em Salvador, pensar ações que

aproximem a comunidade da Defensoria

também está na pauta das Regionais. Foi

assim, por exemplo, com os encontros e

diálogos estabelecidos com conselhos

tutelares, conselhos municipais, CREAS,

CRAS, secretarias de governo, associações,

escolas e outras entidades.

O

documento com

a

estatística foi

compilado pela Corregedoria-Geral da

DPE-BA, visando apresentar quantitativos

indicadores de resultados das atividades

desempenhadas pelos defensores públicos,

obtidos por meio de relatórios semestrais

online, além de dados de atendimentos

realizados pela Central de Relacionamento

com o Cidadão - CRC. É atribuição da

Corregedoria-Geral acompanhar, ﬁscalizar

e orientar a atividade funcional e conduta

dos defensores públicos e servidores da

Defensoria Pública do Estado da Bahia.

DEFENSORIA SE

PREPARA PARA OS

PRÓXIMOS 10 ANOS

Pela primeira vez, a partir de metodologia

e software especíﬁcos, empresa especializada

fará diagnóstico dos cenários e planejará

ações estratégicas da Defensoria Pública

do Estado da Bahia com a participação dos

membros e da sociedade civil.

Os

atendimentos

realizados

pela

Defensoria, seja individualmente, em ações

coletivas, judiciais ou extrajudiciais, reforçam

a necessidade da instituição em fazer chegar

o serviço da Defensoria a mais pessoas na

capital e no interior do Estado. O objetivo

é um dos motes, por exemplo, das ações

itinerantes, que de 2012 a 2015 alcançaram

o número de 74.234 atendimentos. Só em

A DPE-BA, com a assessoria da empresa

Brainstorming Assessoria de Planejamento e

Informática, faz o planejamento estratégico

com visão de futuro para subsidiar as decisões

da gestão ao longo dos próximos dez anos.

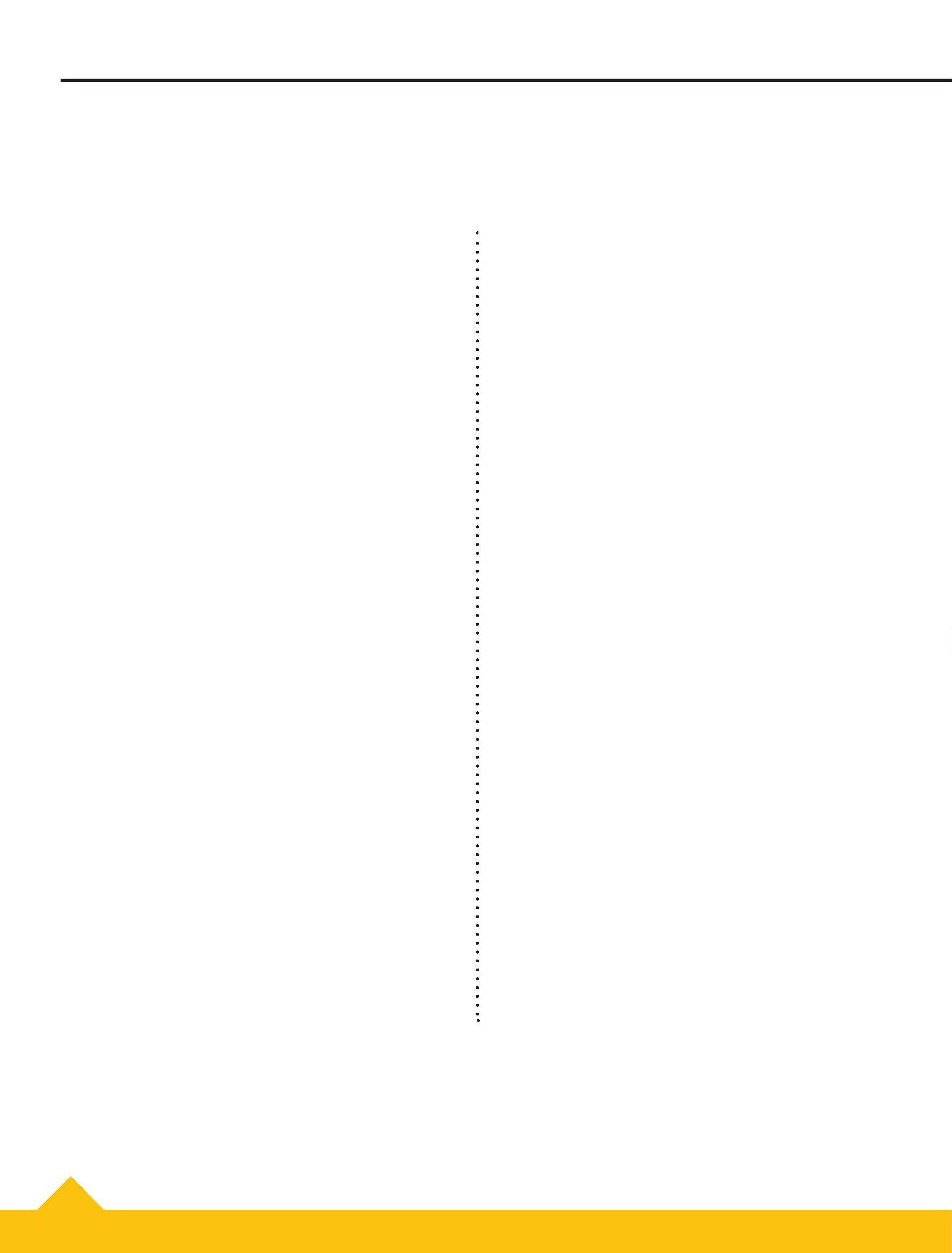
2

015, 25.616 pessoas foram atendidas durante

essas atividades.

3

2



O objetivo é preparar a instituição para em

um futuro próximo, organizar a Defensoria

A metodologia e o software utilizados

para o planejamento estratégico permitiram

a participação de todos os membros e

servidores da DPE, ao mesmo tempo que terá

legitimidade externa porque em determinado

momento da metodologia foi realizada

uma pesquisa junto à sociedade através

da internet.

administrativamente

e

internamente,

diminuindo a burocracia, sem desprezar os

aspectos legais, preparando a instituição para

o assistido, desenvolvendo uma rotina de

ação institucional.

A ouvidora-geral da DPE-BA, Vilma Reis,

analisou que o planejamento estratégico é

uma iniciativa extremamente acertada. “Acho

que a instituição deve ter um plano de Estado

que vai para além das vontades de uma

gestão, as instituições devem ser pensadas em

longo prazo, para que elas possam perceber

não só as suas diﬁculdades, mas também

as suas fortalezas”, disse ela ao salientar

a importância da participação popular na

construção desse planejamento. A Ouvidoria-

Geral da DPE-BA é o órgão da Administração

Superior responsável pela interlocução com a

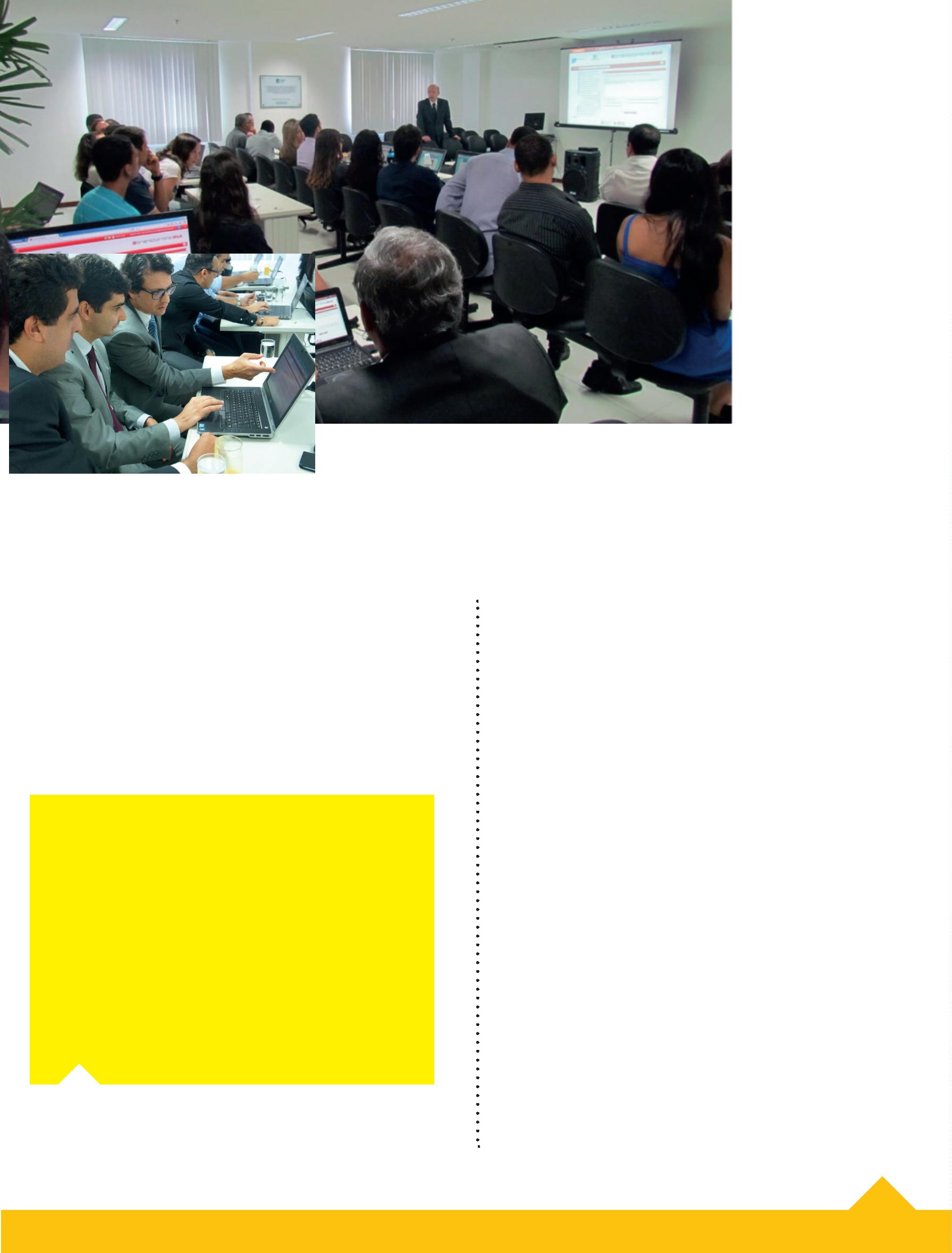
sociedade civil.

Defensores públicos durante elaboração

do planejamento estratégico

3

3



Fala Defensoria

EXPEDIENTE

Defensoria Pública Geral

DP Especializada da Defesa dos

Direitos da Criança e do Adolescente

Maria Carmen Albuquerque Novaes

DP Especializada do Idoso

Clériston Cavalcante de Macêdo

Subdefensoria Pública Geral

Rafson Saraiva Ximenes

Corregedoria-Geral

Laise de Carvalho Leite

DP Especializada Cível

e de Fazenda Pública

Maria Auxiliadora Teixeira

Corregedoria-adjunta

Josenilda Ferreira

Roberta Mafra/Gil Braga

DP Especializada de Proteção

Coordenação Executiva das

Defensorias Especializadas

aos Direitos Humanos e Itinerante

Eva Rodrigues

Gianna Gerbasi Sampaio Almeida de Morais

DP Especializada Criminal

e de Execução Penal

Coordenação Executiva das

Defensorias Regionais

Maurício Saporito

Walter Nunes Fonseca Júnior

DP Especializada da Curadoria Especial

Mônica Paula Oliveira Pires de Aragão

Escola Superior da

Defensoria Pública da Bahia

1

ª DP Regional – Feira de Santana

Firmiane Venâncio

Ouvidoria-Geral

Vilma Reis

Marcelo Santana Rocha

2

ª DP Regional – Vitória da Conquista

Lúdio Rodrigues Bonﬁm

Assessoria do Gabinete

da Defensoria Pública Geral

3ª DP Regional – Ilhéus

Cristina Ulm

Janaína Canário

Fabianne de Oliveira Souza

Cristiane da Silva Barreto

4

ª DP Regional – Itabuna

Pedro Paulo Bahia

George Santos Araújo

Soraia Ramos

5

ª DP Regional – Juazeiro

Diretoria-Geral

Wesclei Amicés Marques Pedreira

Gilda Maria Filgueiras Gordilho

DP Especializada de Família

Donila de Sá Fonseca

6

ª DP Regional – Santo Antônio de Jesus

Márcio Marcílio de Eça Santos

3

4



Fala Defensoria

CONSELHO SUPERIOR

Biênio 2015/2017

Membros Natos

Clériston Cavalcante de Macêdo

Maria Auxiliadora Santana Bispo Teixeira

Rafson Saraiva Ximenes

Vilma Maria dos Santos Reis - Ouvidoria

Ariana Sousa - Presidente da Adep

Membros Eleitos

Cynara Peixoto Fernandes Isensee

Daniel Nicory do Prado

Deliene Martins de Carvalho

Hélia Maria Amorim Santos Barbosa

Marcelo dos Santos Rodrigues

Rosane de Melo Assunção

Membros Suplentes

Alex Raposo dos Santos

Bethânia Ferreira de Souza

Iracema Érica Ribeiro Oliveira

José Renato Bernardes da Costa

Nelson Alves Côrtes Neto

Virdálio de Senna Neto

Produção e Edição - Assessoria de Comunicação da DPE

Jornalista Responsável – Vanda Amorim

Produção – Daniel Gramacho e Luciana Costa

Textos – Camila Moreira, Dilson Ventura, Luana Rios, Vanda Amorim

Fotos – Equipe Ascom

Projeto Gráﬁco – SLA Propaganda

Tiragem – 500 exemplares

Ascom/DPE – (71) 3117-9086/9087/9090

WhatsApp – (71) 99941-4495

E-mail – ascom@defensoria.ba.def.br

35



www.defensoria.ba.def.br

